



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA
MESTRADO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**VIOLÊNCIA NA PRIMEIRA INFÂNCIA: uma análise da vitimização de
meninos e meninas no estado do Pará**

Jocilene Costa Vanzeler

**Belém-Pará
2021**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA
MESTRADO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

JOCILENE COSTA VANZELER

**VIOLÊNCIA NA PRIMEIRA INFÂNCIA: uma análise da vitimização de
meninos e meninas no estado do Pará**

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em segurança pública.

Área de Concentração: Segurança Pública, Justiça, Conflitos e Cidadania.

Linha de Pesquisa: Políticas, Gestão, Direitos Humanos, Criminalidade e Tecnologia da Informação.

Orientador: Prof. Fernando Augusto Ramos Pontes, *Dr.*

Coorientadora: Profa. Milene Maria Xavier Veloso, *Dra.*

**Belém-Pará
2021**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

-
- V217v Vanzeler, Jocilene Costa.
Violência na primeira infância : uma análise da vitimização de
meninos e meninas no estado do Pará / Jocilene Costa Vanzeler. —2021.
79 f. : il. color.
- Orientador(a): Prof. Dr. Fernando Augusto Ramos Pontes
Coorientação: Profª. Dra. Milene Maria Xavier Veloso
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Segurança Pública, Belém, 2021.
1. Crianças. 2. Violência Sexual. 3. Caracterização. 4.
Notificação. I. Título.

CDD 363.1



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA
MESTRADO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**VIOLÊNCIA NA PRIMEIRA INFÂNCIA: uma análise da vitimização de
meninos e meninas no estado do Pará**

Jocilene Costa Vanzeler

Esta Dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, no Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará.

Belém-PA, 25 de fevereiro de 2021.

Profa. Dra. Silvia dos Santos de Almeida
(*Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública*)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fernando Augusto Ramos Pontes
Universidade Federal do Pará
Orientador

Profa. Dra. Milene Maria Xavier Veloso
Universidade Federal do Pará
Coorientadora

Profa. Dra. Dalízia Amaral Cruz
Secretaria de Assistência Social do
Município de Barcarena

Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares
Universidade Federal do Pará
Avaliador

Profa. Dra. Silvia dos Santos de Almeida
Universidade Federal do Pará
Avaliadora

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me permitir viver essa experiência única em minha vida.

Aos meus pais, Maria Moreira Costa e Jorge Moia Vanzeler, que me deram a vida, a educação e o apoio para minha formação pessoal e acadêmica. Ao meu esposo, Fábio Ferreira Ribeiro, pelo companheirismo nesta caminhada.

Aos professores que compõem o corpo docente do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, em especial à coordenadora deste Programa, Profa. Sílvia dos Santos Almeida e ao Prof. Edson Marcos Leal Soares Ramos pelo auxílio na produção dos artigos que compõem esta dissertação.

Ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, em especial ao Diretor deste Instituto, Prof. Fernando Arthur de Freitas Neves, pela autorização do meu afastamento para estudo do mestrado.

Aos meus orientadores, Prof. Fernando Augusto Ramos Pontes e Profa. Milene Maria Xavier Veloso que me guiaram com sabedoria no desenvolvimento desta dissertação.

A todos os alunos da Turma 2019 do Mestrado em Segurança Pública, pelo apoio e companheirismo durante essa caminhada, em especial às minhas amigas Natasha de Fátima e Isis Kelma que são pessoas incríveis e que me fortaleceram quando, por vezes, tudo começou a ficar difícil, essa amizade vou levar para a vida. Ao amigo Hugo Regateiro que por ser uma pessoa iluminada me proporcionou momentos de alegria. Ao amigo Helton Charles que foi fundamental nessa caminhada, sempre com palavras certas que me deram forças para continuar. E à minha querida amiga Cynthia Fernanda pela amizade e companheirismo desde o início do curso. A vocês minha gratidão eterna.

Por fim, a todos que ao longo desta jornada colaboraram de forma direta e indireta para a minha formação pessoal e acadêmica.

RESUMO

VANZELER, Jocilene Costa. **Violência na Primeira Infância: uma análise da vitimização de meninos e meninas no estado do Pará.** 2021. 79f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública). Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil, 2021.

Os primeiros seis anos de vida da criança correspondem à fase denominada de primeira infância, onde o indivíduo se encontra em processo de crescimento e desenvolvimento. O contato com a violência nesta fase pode repercutir em um aumento na probabilidade de ocorrência de problemas posteriores, tanto físicos quanto psíquicos. As consequências transcendem a esfera individual da criança, afetando em longo prazo a saúde pública e comprometendo a capacidade produtiva desses sujeitos ao atingirem a idade adulta. O presente estudo objetivou analisar os casos de violências praticadas contra crianças na fase da primeira infância, notificados pelo setor de saúde no período de 2009 a 2019 no estado do Pará. Foram analisados os casos registrados pelo banco de dados do Sistema de Notificação de Agravos de Notificação, a partir de uma abordagem quantitativa, descritiva e exploratória. Este trabalho é composto de dois estudos, o primeiro apresentou como tema a violência contra crianças na primeira infância: uma análise dos casos notificados no estado do Pará-Brasil no período de 2009 a 2019, onde foram analisados os dados dos três tipos de violência contra crianças que mais se destacaram na pesquisa, a violência sexual, a violência física e a violência psicológica. O segundo estudo foi intitulado Caracterização da violência sexual contra crianças na primeira infância: Uma análise da vitimização de meninos e meninas no estado do Pará, tendo como abordagem a análise específica da violência sexual devido ter apresentado maior índice entre os demais tipos analisados no primeiro estudo. O principal resultado do primeiro estudo foi que a violência sexual se destacou em relação aos outros tipos de violência, motivando a produção do segundo estudo que corroborou com os resultados do estudo inicial. Entre os principais resultados dos estudos destacam-se que a vitimização de meninas representou grande parte de notificações em relação a violência contra meninos, a violência ocorreu predominantemente na residência da própria criança, o conhecido da vítima representou o principal agressor, seguido do pai em relação à violência sexual de meninas e da mãe em relação à violência física contra meninos. O sexo masculino do autor da violência foi predominante tanto em relação às meninas quanto aos meninos ao se analisar todos os tipos de violência. Em síntese, os dados sugerem que um percentual importante de crianças, em especial do sexo feminino, na primeira infância estão vulneráveis à violência sexual cometida por agressores do sexo masculino e predominantemente na própria residência das vítimas. Com isso, faz-se necessário o aprofundamento da temática através de outros estudos, também direcionados a compreensão dos autores de agressão, para elaboração de estratégias de enfrentamento mais efetivas, bem como para fortalecer a rede de apoio à proteção de crianças na primeira infância, contribuindo para políticas públicas que visem a proteção da integridade de crianças que se encontram vulneráveis no início da vida.

Palavras-chave: Crianças; Notificação; Caracterização; Violência Sexual.

ABSTRACT

VANZELER, Jocilene Costa. **Violence in early childhood: an analysis of the victimization of boys and girls in the state of Pará.** 2021. 79f. Dissertation (Master in Public Security). Postgraduate Program in Public Security. Institute of Philosophy and Human Sciences, Federal University of Pará, Belém, Pará, Brazil, 2021.

The child's first six years of life correspond to the phase called early childhood, where the individual is in the process of growth and development. The contact with violence in this phase can have an effect on an increase in the probability of the occurrence of subsequent problems, both physical and psychological. The consequences transcend the individual sphere of the child, affecting public health in the long term and compromising the productive capacity of these subjects when they reach adulthood. The present study aimed to analyze the cases of violence against children in the early childhood phase, reported by the health sector in the period from 2009 to 2019 in the state of Pará. The cases registered by the database of the Health Diseases Notification System were analyzed. Notification, using a quantitative, descriptive and exploratory approach. This work consists of two studies, the first of which presented violence against children in early childhood as a theme: an analysis of the cases reported in the state of Pará-Brazil in the period from 2009 to 2019, where data on the three types of violence against children were analyzed. children who stood out in the research, sexual violence, physical violence and psychological violence. The second study was entitled Characterization of sexual violence against children in early childhood: An analysis of the victimization of boys and girls in the state of Pará, with the specific analysis of sexual violence as the approach, having presented a higher index among the other types analyzed in the first study. . The main result of the first study was that sexual violence stood out in relation to other types of violence, motivating the production of the second study, which corroborated with the results of the initial study. Among the main results of the studies, it is highlighted that the victimization of girls represented a large part of notifications in relation to violence against boys, the violence occurred predominantly in the child's own residence, the victim's acquaintance represented the main aggressor, followed by the father in relation the sexual violence of girls and their mothers in relation to physical violence against boys. The male gender of the perpetrator of violence was predominant in relation to both girls and boys when analyzing all types of violence. In summary, the data suggest that a significant percentage of children, especially females, in early childhood are vulnerable to sexual violence by male aggressors and predominantly in the victims' own homes. Thus, it is necessary to deepen the theme through other studies, also aimed at understanding the authors of aggression, to develop more effective coping strategies, as well as to strengthen the support network for the protection of children in early childhood, contributing to public policies aimed at protecting the integrity of children who are vulnerable early in life.

Keywords: Kids; Notification; Description; Sexual Violence.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

ARTIGO 1

Figura 1 - Mapa da da quantidade de crianças de 0 a 6 anos, vítimas de violência no estado do Pará, no período de 2009 a 2019, por município.....20

ARTIGO 2

Figura 1 - Mapa da quantidade de crianças de 0 a 6 anos, vítimas de violência sexual no estado do Pará, no período de 2009 a 2018, por município.....34

LISTA DE TABELAS

LISTA DE TABELAS

ARTIGO 1

Tabela 1 - Percentual de crianças de 0 a 6 anos, vítimas de violência no estado do Pará, no período de 2009 a 2019, por sexo; idade; raça/cor; local do fato; tipo de violência; tipo de relação com o(a) autor(a) e sexo do autor(a).....21

Tabela 2 - Estatísticas resultantes da aplicação da técnica de análise de correspondência às variáveis: Sexo da criança de 0 a 6 anos vítima; Raça/cor; Local do fato; Tipo de violência; Tipo de relação com o(a) autor(a) e Sexo do autor(a).....22

Tabela 3 - Resíduos e níveis de confiança (entre parênteses), Resultantes da aplicação da técnica de análise de correspondência às variáveis: Sexo da criança; Raça/cor; Local do fato; Tipo de violência; Tipo de relação com o(a) autor(a) e Sexo do autor(a).....23

ARTIGO 2

Tabela 1 - Porcentagem de Crianças de 0 a 6 anos, Vítimas de Violência Sexual no Estado do Pará, Brasil, no período de 2009 a 2018, por Sexo, Idade, Faixa etária; Raça/cor; Lugar do Fato; Tipo de relacionamento com o (s) autor (es) e gênero do autor (a).....35

Tabela 2 - Estatísticas Resultantes da Aplicação da Técnica de Análise de Correspondência as variáveis: Sexo da Criança de 0 a 6 anos Vítima de Violência Sexual no Estado do Pará e Idade da Vítima; Faixa Etária da Vítima; Raça/cor da Vítima; Local do Fato; Tipo de Relação da Vítima com o(a) Autor(a) e Sexo do Autor(a), no período de 2009 a 2018.....36

Tabela 3 - Resíduos e Níveis de Confiança (entre parênteses), Resultantes da Aplicação da Técnica de Análise de Correspondência as variáveis: Sexo da Criança de 0 a 6 anos Vítima de Violência Sexual no Estado do Pará e Idade da Vítima; Faixa Etária da Vítima; Raça/cor da Vítima; Local do Fato; Tipo de Relação da Vítima com o(a) Autor(a) e Sexo do Autor(a), no período de 2009 a 2018.....37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC – Análise de Correspondência

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

OMS – Organização Mundial de Saúde

PPA – Plano Plurianual

PPGSP – Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública

SCIELO – *Scientific Electronic Library Online*

SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação

UFPA – Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS	1
1.1 Introdução	1
1.2 Justificativa e importância da pesquisa	3
1.3 Problema da pesquisa	4
1.4 Objetivos	4
1.4.1 Objetivo Geral	4
1.4.2 Objetivos Específicos	5
1.5 Revisão da Literatura	5
1.6 Método	10
CAPÍTULO 2 – ARTIGOS CIENTÍFICOS	13
2.1 Artigo Científico 1: Violência contra crianças na primeira infância: uma análise dos casos notificados no estado do Pará-Brasil no período de 2009 a 2019	13
2.2 Artigo Científico 2: Caracterização da Violência Sexual contra crianças na primeira infância: Uma análise da vitimização de meninos e meninas no estado do Pará-Brasil	28
CAPÍTULO 3 – PRODUTOS E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO	34
3.1 Produto: Infográfico com os dados da violência contra crianças na primeira infância notificados no período de 2009 a 2019 no estado do Pará	34
3.2 Produto 2: Cartilha com a definição e características da violência sexual contra crianças na primeira infância, legislação criminal e maneiras de identificar o abuso sexual	37
3.3. Propostas de intervenção	49
CAPÍTULO 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	50
REFERÊNCIAS	52
ANEXO 1 – FICHA DE NOTIFICAÇÃO	56
ANEXO 2 – TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL	58
ANEXO 3 – COMPROVANTE DE PUBLICAÇÃO DO ARTIGO 1	60
ANEXO 4 – NORMAS DA REVISTA RESEARCH, SOCIETY AND DEVELOPMENT (ARTIGO 1)	61
ANEXO 5 – NORMAS DA REVISTA INTERNATIONAL JOURNAL OF DEVELOPMENT RESEARCH - IJDR (ARTIGO 2)	66
ANEXO 6 – COMPROVANTE DE PUBLICAÇÃO DO ARTIGO 1	68

Capítulo 1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1. Introdução

Até por volta do Século XVIII, a educação das crianças nas famílias e na escola era exercida de forma violenta. Pode-se dizer que, por milhares de anos, predominou um desconhecimento das características e peculiaridades da infância. Apenas com o estudo científico da criança que essas atitudes passaram a sofrer mudanças. Somente no Século XIX, a criança passa a ser objeto de investimento afetivo, econômico, educativo e existencial. E a partir do início do Século XX, a medicina e outras áreas do conhecimento começam a contribuir para a formação de uma nova mentalidade de assistência à criança, abrindo espaço para uma concepção de educação baseada em fundamentos científicos (ARIÈS, 2006; POSTMAN, 1999).

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, a criança e o adolescente passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direito, assegurando-lhes o direito à inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, abrangendo a identidade, a autonomia, os valores, as ideias e o direito de opinião de toda criança e adolescente, de forma a promover seu desenvolvimento pleno (BRASIL, 1998). Em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi instituído como uma resposta aos preceitos constitucionais garantidos em 1988, assegurando proteção integral, oportunidades e facilidades, a fim de facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade a todas as crianças e adolescentes (BRASIL, 1990).

Ressalta-se, também a importância da criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996, que define a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, oferecida em centros de educação infantil e creches públicas. Cabe destacar que em 2009, a Emenda Constitucional Nº 59 estabeleceu como obrigação, e não apenas como direito, o acesso à educação infantil para meninos e meninas a partir dos 4 anos de idade. A LDB também determina no Inciso IX do Artigo 12 que os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas. Além disso, prevê no § 9º do Art. 26 a inclusão como temas transversais nos currículos escolares os conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente (BRASIL, 1996). Destaca-se, também, a criação da Lei Nº 13.010/2014 (Lei Menino Bernardo)

que define e proíbe o uso de castigos físicos e tratamento cruel ou degradante com o pretexto de educar em lares, escolas e outros espaços de convivência de crianças e adolescentes (BRASIL, 2014).

No Pará, em especial na capital Belém, o sistema de notificação de casos de violência foi implantado em 2009 e fez parte de um inquérito nacional a fim de caracterizar as vítimas de violência e acidentes atendidos em serviços de urgência em todas as capitais do Brasil. A partir de então, foram realizadas capacitações dos profissionais de saúde para o uso da ficha de notificação de violência doméstica, sexual e outras violências, bem como para o conhecimento do fluxo dessas violências na rede, até o registro no Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN (VELOSO et al., 2013).

Em relação especificamente à primeira infância, a Lei Nº 13.257 foi criada em 2016, e foi denominada de Marco Legal da primeira infância, em que dispõe sobre a formulação e implementação de políticas públicas para a faixa etária de zero a seis anos de idade. O Marco Legal visa superar a segmentação de ações, aumentando a eficácia das políticas voltadas para a infância e definindo estratégias de articulação intersetorial. Além disso, a lei do Marco Legal da Primeira Infância alterou o Art. 88 do ECA para incluir o Inciso X onde prevê que são diretrizes da política de atendimento a realização e divulgação de pesquisas sobre desenvolvimento infantil e sobre prevenção da violência (BRASIL, 2016).

De acordo com o Marco Legal da primeira infância, esta etapa do desenvolvimento humano compreende ao período que abrange os primeiros 6 (seis) anos de vida completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança. Todavia, apesar dos avanços mencionados em torno da questão das políticas de proteção e prevenção à violência contra crianças e adolescentes, o cenário brasileiro ainda é desfavorável e as violências ainda estão presentes no cotidiano de muitas crianças e adolescentes. O desenvolvimento de políticas de proteção devem ser fundamentadas no conhecimento da realidade, qualquer adequação dessas políticas devem ser baseadas em dados, e felizmente, a base de registros do SINAN é uma fonte rica disponível e ainda pouco aproveitada que permite a realização do diagnóstico dinâmico da ocorrência de um evento na população, podendo fornecer subsídios para explicações causais dos agravos de notificação compulsória, além de vir a indicar riscos aos quais as pessoas estão sujeitas, contribuindo assim, para a identificação da realidade epidemiológica de determinada área geográfica.

Desse modo, o objetivo deste estudo foi analisar os casos da violência praticada contra crianças na fase da primeira infância notificados no estado do Pará e registrados no SINAN no período de 2009 a 2019. Para isso, primeiramente, foi desenvolvido dois estudos organizados

no formato de manuscrito de artigo de periódico científico. No primeiro foram analisados todos os casos de violência contra crianças de zero a seis anos de idade registrados no banco de dados do SINAN. Considerando, a ocorrência, a gravidade e o impacto da violência sexual, no segundo estudo foi caracterizado e detalhado esse tipo de violência na fase da primeira infância. Adicionalmente, como produto das análises desenvolvidas, para fins de divulgação científica e informativa foram elaborados um infográfico contendo os dados do resultado do primeiro estudo e uma cartilha com instruções sobre o tema do segundo estudo.

1.2. Justificativa e importância da pesquisa

“Quem nunca apanhou quando criança?”, “Quando você crescer você vai entender e me agradecer por ter lhe batido”, essas são algumas das frases que ainda permeiam o cotidiano de muitas famílias e crianças, compõem uma cultura da educação. De fato, diversas formas de interpretação da infância e de modos de criação propiciaram uma naturalização da violência infantil (EGRY et al., 2017) e o consequente reconhecimento da existência da violência contra a infância, sendo o reconhecimento desta violência um dos desafios.

Além disso, o aumento no número de casos de violência infantil, segundo os dados epidemiológicos mundiais e brasileiros, mostra cada vez mais que é necessário demandar ações de controle, por meio de condutas preventivas, pelos setores sociais envolvidos, bem como profissionais de saúde, conselhos tutelares, entre outros (NUNES e SALES, 2016). Destarte, as ações brasileiras têm avançado no que se refere ao investimento na primeira infância. Exemplo atual disso é a inclusão do atendimento prioritário estabelecido no Plano Plurianual (PPA) do quadriênio de 2020 a 2024. O parágrafo único do Art. 10 do PPA 2020-2024, prevê um conjunto de ações governamentais voltadas ao atendimento da primeira infância com caráter prioritário para o orçamento de 2020, nos termos do Art. 3º da Lei Nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, e possui antecedência na programação e na execução orçamentária e financeira durante o quadriênio respectivo (BRASIL, 2019a).

A partir das informações registradas nos sistemas de notificação vem sendo possível dimensionar a magnitude da violência no país, planejar o investimento em núcleos de vigilância e assistência, possibilitar a garantia dos direitos de crianças e adolescentes e subsidiar pesquisas e ajustes na rede de proteção (ASSIS et al., 2012). Contudo, ainda é preciso mais investimento tanto no que se refere a estudos científicos sobre a violência na primeira infância quanto em políticas públicas nessa temática, no sentido de implementar ações capazes de colaborar para a desconstrução da ideologia da violência como mecanismo educador, e que empoderem famílias

e sociedade para a promoção e a proteção do desenvolvimento infantil saudável. Atividades de orientações, palestras, campanhas e divulgação dos direitos da criança e do adolescente, por diferentes meios, configuram-se como ações que podem colaborar para a prevenção da violência infantil (MORAIS et al., 2016).

Diante disso, as razões que justificam a importância de debater o tema da presente dissertação se sustentam pela relevância em dois aspectos: (1) social e (2) acadêmico. No aspecto social, é a própria contribuição do trabalho para a sociedade no que tange a projeção e visibilidade da pesquisa para além dos muros acadêmicos possibilitando o dimensionando das especificidades deste fenômeno e auxiliando na instituição de políticas públicas de proteção e assistência para crianças na fase da primeira infância.

Em termos acadêmicos, a produção de pesquisas sobre a violência contra crianças na primeira infância possibilita um maior esclarecimento das variáveis envolvidas no problema. A discussão sobre a questão da violência contra criança baseada em dados científicos colocam em outro patamar a elucidação dos fatores relacionados. Ademais, a despeito da relevância prática implícita, o fenômeno relatado aqui ainda é pouco investigado no meio científico, futuros estudos com enfoque similar podem ser de grande utilidade para o maior conhecimento da situação e melhor orientação de políticas públicas destinadas às crianças em situação de violência.

1.3.Problema da pesquisa

O conhecimento das peculiaridades do desenvolvimento das crianças na fase da primeira infância requer um processo de conscientização e identificação rigoroso e proativo, visto que essas crianças são fisicamente dependentes dos adultos ao redor. Portanto, abordar o abuso infantil nos primeiros anos de vida oferece uma excelente oportunidade para auxiliar as vítimas mais vulneráveis e reduzir efetivamente o impacto nas famílias e comunidades nos anos seguintes (FREDRICKSON, 2019).

Dessa forma, esta dissertação perpassa pela seguinte questão de pesquisa: Quais as características da violência contra crianças na fase da primeira infância a partir dos dados registrados dos casos notificados no Pará nos anos de 2009 a 2019?

1.4.Objetivos

1.4.1. Objetivo Geral

Analisar as características dos casos de violência praticada contra crianças na fase da primeira infância notificadas no estado do Pará no período de 2009 a 2019.

1.4.2. Objetivos Específicos

- Caracterizar os casos de violências praticadas contra crianças na fase da primeira infância notificados no estado do Pará no período de 2009 a 2019;
- Avaliar as características dos casos de violência sexual contra crianças na primeira infância notificados no estado do Pará no período de 2009 a 2018;
- Elaborar um infográfico e uma cartilha contendo o resultado das pesquisas desta dissertação com a finalidade de distribuir a gestores de creches e profissionais que atuam diretamente com cuidados de crianças de zero a seis anos de idade.

1.5. Revisão da Literatura

A primeira infância é uma fase caracterizada pelo desenvolvimento de importantes maturações físicas e neurológicas, aprendizados sociais e afetivos na criança. Marcadamente neste período há uma maior vulnerabilidade no que concerne aos impactos relativos à violência, o que pode repercutir em um aumento na chance de ocorrência de problemas posteriores, tanto físicos quanto psíquicos podendo incluir doenças transmissíveis e não transmissíveis, danos psicológicos, comportamentos de risco, deficiência de desempenho educacional ou ocupacional e envolvimento em crimes (WALKER et al., 2011; SANCHEZ et al., 2006; NCPI, 2014). Com isso, a exposição à violência na infância pode prejudicar o desenvolvimento cerebral da criança e produzir danos em outras partes do sistema nervoso, bem como nos sistemas endócrino, circulatório, músculo-esquelético, reprodutivo, respiratório e imune, com consequências ao longo de toda a vida (FELITTI et al., 2019). Todavia, as consequências da violência atingem de forma imediata a criança, ocasionando danos físicos e psicológicos, e vão além da esfera individual da criança, pois afeta em longo prazo a saúde pública e os custos econômicos comprometendo os investimentos em educação, saúde e bem-estar da criança, e reduzindo a capacidade produtiva desses sujeitos ao atingirem a idade adulta (WHO, 2016).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) a violência é definida como o uso intencional da força ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. Sendo assim, é considerada um dos mais graves problemas sociais e de saúde pública, apresentando, junto aos acidentes, grande influência nas questões de adoecimento e morte precoce da população, com efeitos na expectativa e qualidade de vida de crianças, adolescentes e adultos em geral (WHO, 2002).

A violência ocorrida especificamente contra crianças é caracterizada como todo ato ou omissão que possa causar dano físico, sexual e/ou psicológico, em que a proteção desta é negligenciada, seja pelos pais, seja pelos parentes, pelas instituições e pela sociedade em geral (MINAYO, 2001). Trata-se de uma violência as vezes sutil, em geral invisível, cuja gravidade pode escapar ao juízo da sociedade na qual se encontra naturalizada, visto que ao longo de muitos anos perdurou e ainda persiste a ideia de que utilizar castigos, intimidar com o olhar, mandar calar, entre outros comportamentos dos adultos, pais ou responsáveis, seriam meios adequados para educar e ou disciplinar uma criança (SEKKEL, 2009).

A OMS também estabelece distinções sobre os tipos de violência contra crianças, sendo elas: violência física; violência psicológica/moral; tortura; violência sexual; tráfico de seres humanos; violência financeira/econômica; negligência/abandono; trabalho infantil; intervenção legal. Diante dos diversos tipos de violência, é importante definir as formas analisadas na pesquisa: violência física, violência psicológica e violência sexual.

A violência física é caracterizada como todo ato violento com uso da força física de forma intencional, não acidental, praticada por pais, responsáveis, familiares ou pessoas próximas da criança ou adolescente, que pode ferir, lesar, provocar dor e sofrimento ou destruir a pessoa, deixando ou não marcas evidentes no corpo, e podendo provocar inclusive a morte. As atitudes que identificam esse tipo de violência variam entre tapas, beliscões, chutes e arremessos de objetos, o que causa lesões, traumas, queimaduras e mutilações (BRASIL, 2010). É uma das formas mais frequentes de violência que ocorre dentro do ambiente familiar, apesar de subnotificada, pois está estritamente ligada a costumes que foram introduzidos no Brasil desde os jesuítas, que puniam com palmadas e no tronco quem ousasse se manifestar na escola jesuítica (PORTO, 2006).

A violência psicológica é toda ação que coloca em risco ou causa dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento de uma criança. São atitudes que se manifestam em forma de rejeição, depreciação, discriminação, desrespeito, cobrança exagerada, punições humilhantes e utilização da criança ou do adolescente para atender às necessidades psíquicas de outrem (BRASIL, 2010). É também denominada de tortura psicológica, ocorre quando adultos sistematicamente depreciam crianças, bloqueiam seus esforços de autoestima e realização, ou as ameaçam de abandono e crueldade. Trata-se de um tipo de relação ainda pouco estudada, mas que tem um efeito perverso no desenvolvimento infantil (MINAYO, 2001).

A violência sexual é todo ato, de qualquer natureza, atentatório ao desenvolvimento sexual da criança e do adolescente, praticado por agente em situação de poder e de desenvolvimento sexual desigual, segundo definição estabelecida pelo plano nacional de

enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes (BRASIL, 2013). Pode também ser caracterizada como todo ato ou jogo sexual com intenção de estimular sexualmente a criança ou o adolescente para obter satisfação sexual, estando os autores da violência em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou adolescente. Abrange uma variedade de comportamentos e atitudes caracterizadas como crime, tais quais: estupro, incesto, assédio sexual, exploração sexual, pornografia, pedofilia, manipulação de genitália, mamas e ânus, até o ato sexual com penetração, imposição de intimidades, exibicionismo, jogos sexuais e práticas eróticas não consentidas e impostas e “voyeurismo” (obtenção de prazer sexual por meio da observação), dentre outras (BRASIL, 2010).

O plano nacional de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes de 2013, conceitua a violência sexual por meio de dois conceitos: abuso sexual e exploração sexual. No abuso sexual, o corpo da criança ou adolescente é o objeto com o qual se pratica qualquer ato sexual, sem obtenção de lucro, em que o abusador deseja apenas satisfazer seu desejo, podendo ser intrafamiliar (quando o abuso acontece dentro da família ou existe relação de parentesco entre os envolvidos), e extrafamiliar (quando não há vínculo de parentesco). Em relação à exploração sexual, esta consiste na comercialização da sexualidade de crianças e adolescentes, com a intenção de obter lucro, pecuniário ou qualquer outro tipo de vantagem (SOUZA, 2017).

Além disso, é importante destacar que as inúmeras dificuldades no enfrentamento da violência encontram-se no próprio reconhecimento da existência da violência, ou outras vezes ela é visibilizada, mas a vítima é culpabilizada por ter “provocado” tal violência. Estudos mostram que há uma naturalização da violência em geral e em específico da infantil, dadas as formas de interpretação da infância que predominaram por muito tempo na história das civilizações (EGRY et al., 2017).

O aumento no número de casos de violência infantil, segundo os dados epidemiológicos mundiais e nacionais, mostra que é cada vez mais necessário demandar ações de controle, por meio de condutas preventivas, pelos setores sociais envolvidos, bem como profissionais de saúde, conselhos tutelares, entre outros (NUNES; SALES, 2016). De acordo com o Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde publicado em julho de 2020, o número de notificações de violência contra criança no Brasil mais do que triplicou, passou de 13.249 para 45.967 casos, no período de 2011 a 2018 (BRASIL, 2020).

Segundo dados do Disque 100 (Disque Direitos Humanos), divulgado em junho de 2019 pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo federal, foram registrados 152.178 tipos de violações contra crianças e adolescentes em 2018 no Brasil. Os

tipos de violação mais frequentes foram: negligência (72,7%), seguida por violência psicológica (48,8%), física (40,6%) e sexual (22,4%). Entre as vítimas, 48,16% são do sexo feminino, 40,24% masculino e 11,60% não informados. Sobre a faixa etária, 0 a 3 anos (17,84%), 4 a 7 anos (21,48%), 8 a 11 anos (20,10%), 12 a 14 anos (17,44%), 15 a 17 anos (11,93%), nascituro (0,24%), recém-nascido (0,83%), não informado (11,93%). No que tange à relação entre suspeito e vítima, as mães são as principais denunciadas no que se refere às violações – elas representam 37,64%, em seguida os pais (18,47%), padrastos (5,32%), tios/as (3,53%) e as avós (3,59%). Tendo um percentual de 18,77% de não informados (BRASIL, 2019b).

Como pode ser percebido, em geral, os autores são aqueles que deveriam protegê-los ou que têm relação de proximidade com as vítimas: pais, mães, padrastos e outros membros da família. Contudo, segundo dados do Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde de julho de 2020, mais de 60% das denúncias de violação de direitos ocorrem na própria casa e na escola, espaços que deveriam ser locais de proteção (BRASIL, 2020). Além disso, a partir das informações registradas nos sistemas de notificação, vem sendo possível dimensionar a magnitude da violência no país, planejar o investimento em núcleos de vigilância e assistência, possibilitar a garantia dos direitos de crianças e adolescentes e subsidiar pesquisas e ajustes na rede de proteção (ASSIS et al., 2012). De acordo com o Atlas da Violência 2020, o ECA reduziu a escalada da violência contra crianças no Brasil, sendo que antes da criação do Estatuto, no período de 1980 a 1991, a violência contra crianças de 0 a 9 anos de idade correspondeu a 2,8% dos casos, sendo que este percentual reduziu pouco mais da metade nos anos de 1991 a 2018, com um percentual de 1,2% (IPEA-FBSP, 2020).

A análise da literatura e das práticas desenvolvidas nos EUA evidencia que a emergência da discussão em torno da violência sexual infantil ocorreu naquele país pelo menos duas décadas antes do debate vir a ser realizado no Brasil. Para além da diferença temporal, a questão que mais chama a atenção são as semelhanças de conteúdo moral e prescritivo apresentadas nos mais variados textos e documentos. E, além das afinidades prescritivas, há também certa precedência lógica acerca das preocupações em torno da conduta sexual de adultos envolvendo crianças. Assim, não se trata apenas de condenação tida como universal, mas de mudança operada no interior da sociedade contemporânea que tornou a sexualidade uma problemática moral (RODRIGUES, 2017).

No Brasil ainda há pouca literatura específica no estudo sobre violência na primeira infância, e poucas pesquisas tratam apenas da violência contra crianças, não se limitando a idade correspondente a primeira infância, qual seja de zero a seis anos de idade. Dentre as pesquisas, um estudo similar a este foi desenvolvido com objetivo de apresentar o quadro de violência

doméstica, sexual e outras violências perpetradas contra crianças (0-9 anos) no Brasil no ano de 2010. Entre os resultados, chama atenção a conclusão de que em bebês (crianças até um ano de idade), a negligência e a violência física são os tipos mais comuns de violência. Nesta faixa etária, o ambiente doméstico é o espaço privilegiado de ocorrência da violência, tendo a mãe como a principal agressora. A partir de 1 ano de idade, outras formas de violência ganham destaque, em especial a física, a sexual e a psicológica (ASSIS et al., 2012).

Estudo sobre violência em crianças no município de Ribeirão Preto, São Paulo, no período 2006-2008 analisou 498 notificações de violência contra crianças de zero a nove anos de idade e obteve os seguintes resultados: Predominaram vítimas do sexo feminino, na idade de dois a cinco anos (mais de 60%). A maioria dos agressores era do sexo masculino (53,6%), destacando-se a figura paterna (22,7%). Agressões físicas foram as mais praticadas e, para todos os tipos de agressões, o local de maior ocorrência foi a residência da família (FARIAS et al., 2016).

Do mesmo modo, em estudo realizado com a finalidade de analisar notificações de violências contra crianças de zero a nove anos, registradas pelos serviços públicos de saúde no Brasil, concluiu-se que a maior frequência das violências foi no ambiente doméstico, em meninas, sendo os pais os agressores mais frequentes. A violência se caracterizou pela repetição da ocorrência, sendo o uso de bebidas alcoólicas pelo agressor relatado em um quarto dos casos. A negligência foi o tipo mais notificado, seguida pela física, sexual e a psicológica. A negligência e a violência física têm maior chance de ocorrer em meninos, e a sexual e psicológica em meninas (RATES et al., 2015).

Outro estudo publicado em 2019 apresenta o perfil epidemiológico dos casos de violência contra crianças menores de 10 anos no Estado de Goiás, no período de 2009 a 2014. Com uma amostra de 3.258 casos referentes à violência contra a criança no período analisado, foi encontrado uma prevalência da negligência/abandono na faixa etária de 5 a 9 anos de idade e no sexo feminino, sendo os agressores, principalmente, os pais das crianças (BORGES et al., 2019).

Em relação especificamente a violência sexual, estudo realizado em Minas Gerais em 2016, destacou como agressor o padrasto, relacionado à escolaridade de 0 a 4ª série, cor parda e local de ocorrência a residência. Sendo que nas vezes que o agressor foi o pai, houve associação com o local de ocorrência ignorado, seguido do local de ocorrência residência, abuso em crianças de 0 a 9 anos, do sexo masculino. Já o agressor desconhecido foi relacionado com vítimas mulheres, brancas, com 15 anos ou mais de idade, escolaridade da 5ª série ao ensino superior, violência sexual única, em que foi utilizada violência física e ocorrência em vias

públicas. Tendo o estudo concluído que a violência sexual atinge principalmente mulheres e crianças, sendo as primeiras acometidas em via pública e as crianças em ambiente domiciliar com agressor conhecido (KATAGUIRI, 2019).

Vale também destacar um estudo descritivo realizado sobre as características das vítimas, do evento, do agressor e do atendimento, entre os registros de notificação compulsória de violência sexual contra crianças (0-9 anos) e adolescentes (10-19 anos) ocorrida na escola. Entre os resultados, foram identificadas 2.226 notificações de violência sexual ocorrida na escola, referindo 1.546 (69,5%) crianças e 680 (30,5%) adolescentes. Portanto, grande parte dos casos notificados foi de crianças na primeira infância (MASCARENHAS et al., 2018).

1.6.Método

1.6.1. Natureza da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa do tipo documental, de abordagem quantitativa, descritiva e exploratória. Optou-se por realizar uma pesquisa documental em razão das vantagens que este tipo de pesquisa apresenta aos objetivos deste estudo: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes (GIL, 2002). Com relação a abordagem quantitativa, o pesquisador entende que tudo pode ser quantificável utilizando-se de ferramentas estatísticas. E por meio de técnicas científicas, é possível desvelar significados explícitos e implícitos no fenômeno objeto deste estudo bem como nos sujeitos que nele estão inseridos (FREITAS; PRODANOV, 2013). Além disso, a pesquisa será: (i) exploratória, que é utilizada quando se busca maior precisão para definição do problema e (ii) descritiva que, por sua vez, tem como intuito registrar, analisar e interpretar fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no presente bem como descrever características de determinado fenômeno, estabelecendo possíveis relações entre as variáveis analisadas (MALHOTRA, 2001; MARCONI; LAKATOS, 2010).

1.6.2. Lócus

O estudo apresenta como lócus o estado do Pará, situado na região Norte do Brasil, com uma população de 7.581.051 registrada no último censo e uma população de 1.043.659 crianças na idade de zero a seis anos (IBGE, 2010).

1.6.3. Fontes de dados

Serão analisados dados secundários dos casos de violência contra crianças na faixa etária de zero a seis anos, notificados no Pará e registrados no banco de dados do SINAN no período de 2009 a 2019. O SINAN é alimentado, principalmente, pela notificação e investigação de

casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória (Portaria de Consolidação Nº 4, de 28 de Setembro de 2017, anexo V - Capítulo I). As informações do banco de dados foram coletadas por meio do projeto de pesquisa intitulado “Violência contra crianças e adolescentes: indicadores e estratégias de enfrentamento” desenvolvido na Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Pará. Os dados foram disponibilizados pelo departamento de vigilância epidemiológica da Secretaria de Saúde Pública do estado do Pará, com a devida autorização (Anexo 2).

1.6.4. Procedimentos de coleta

O instrumento utilizado para notificar os casos de violência é a ficha de notificação disponibilizada pelo Ministério da Saúde, na qual classifica os tipos de violência em violência física, violência psicológica/moral, violência sexual, violência financeira/econômica, negligência/abandono, tortura, tráfico de seres humanos, trabalho infantil, intervenção legal e outros tipos. Contudo, destes tipos foram demonstrados em especial os dados dos casos de violência sexual, psicológica/moral e física porque representam os maiores registros notificados no período analisado.

O banco de dados é alimentado pelas informações contidas na ficha de notificação individual que está estruturada em dez blocos, sendo eles: Dados gerais, notificação individual, dados de residência, dados da pessoa atendida, dados da ocorrência, violência, violência sexual, dados do provável autor da violência, encaminhamento e dados finais, além de campos destinados para informações complementares e observações. As variáveis deste estudo foram definidas de acordo com a Ficha de Notificação (Anexo 1) e divididas em quatro categorias: 1. *Dados da notificação individual*: Sexo, Idade, faixa etária e Raça/cor da vítima; 2. *Dados da ocorrência*: Local do fato; 3. *Dados do autor da violência*: Sexo e relação com a vítima e 4. *Tipos de violência*: Sexual, psicológica/moral e física.

Os sujeitos da pesquisa foram escolhidos em razão do desenvolvimento de estudos com crianças e adolescentes, portanto foram utilizados como critérios de exclusão as crianças a partir de seis anos de idade, os adolescentes, os adultos e os idosos constantes no banco de dados analisado. A faixa etária de zero a seis anos de idade, foi estabelecida de acordo com o critério de idade definido no Marco Legal da Primeira Infância. O recorte temporal foi definido com a finalidade de demonstrar os dados registrados no período de 10 anos, considerando a criação do SINAN em 2009 e o último ano de dados consolidados, em 2019.

1.6.5. Análise de dados

Primeiramente, para análise dos dados foram construídas planilhas no formato Microsoft Excel[®] 2013 a partir do banco de dados. Posteriormente, foi realizada a sistematização dos dados para a realização da pesquisa descritiva e construídas tabelas e gráficos por meio do recurso da tabela dinâmica. Esses processos estatísticos permitem obter, de conjuntos complexos, representações simples e constatar se essas verificações simplificadas têm relações entre si (MARCONI; LAKATOS, 2010).

A estatística descritiva permite a caracterização, a organização e a síntese dos dados por meio de gráficos e tabelas, tornando possível uma melhor visualização dos dados, facilitando a descrição das características de interesse a ser estudada. As tabelas são apresentações numéricas dos dados e consistem em dispor os dados em linhas e colunas distribuídos de modo ordenado. Os gráficos são formas de apresentação dos dados estatísticos, cujo objetivo é o de produzir, no investigador ou no público em geral, uma impressão mais rápida e viva do fenômeno em estudo. São utilizados para buscar padrões e relações, confirmar ou não certas expectativas que se tinha sobre os dados, descobrir novos fenômenos, confirmar ou não suposições feitas sobre os procedimentos estatísticos usados e apresentar resultados de modo rápido e fácil (BUSSAB; MORETIN, 2017).

Para uma análise mais aprofundada dos dados foi aplicada a técnica da análise correspondência que é uma técnica estatística exploratória utilizada para verificar associações ou similaridades entre variáveis qualitativas ou variáveis contínuas categorizadas (FÁVERO et al., 2009). É uma técnica de interdependência que tem como objetivo a representação ótima da estrutura dos dados observados e sua principal característica é redução de dados a serem analisados pelo pesquisador com perda mínima de informações, transformando as linhas e colunas das tabelas em unidades correspondentes, o que facilita a representação conjunta dos dados, onde essa correspondência é fundamental para a construção dos gráficos.

1.6.6. Proposta de produtos

Como produtos dessa dissertação, optou-se por elaborar um infográfico para o primeiro estudo e uma cartilha para o segundo estudo. O objetivo dessa proposta de produtos é disponibilizar informações relevantes sobre a violência sexual contra crianças na primeira infância para profissionais da educação, em especial os que atuam diretamente com cuidados de crianças de zero a seis anos de idade, a fim de permitir a visibilidade dos resultados desta pesquisa e contribuir com políticas de prevenção à violência na primeira infância.

2. ARTIGOS CIENTÍFICOS

2.1. Artigo Científico 1

Research, Society and Development, v. 10, n. 1, e33510111839, 2021
(CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i1.11839>

Violência contra crianças na primeira infância: uma análise dos casos notificados no estado do Pará-Brasil no período de 2009 a 2019

Violence against children in early childhood: an analysis of the cases notified in the state of Pará-Brazil in the period from 2009 to 2019

Violencia contra la niñez en la primera infancia: un análisis de los casos notificados en el estado de Pará-Brasil en el período de 2009 a 2019

Recebido: 09/01/2021 | Revisado: 11/01/2021 | Aceito: 13/01/2021 | Publicado: 17/01/2021

Jocilene Costa Vanzeler

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0853-9540>
Universidade Federal do Pará, Brasil
E-mail: joci.costavanzeler@gmail.com

Fernando Augusto Ramos Pontes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9569-943X>
Universidade Federal do Pará, Brasil
E-mail: farfp1304@gmail.com

Milene Maria Xavier Veloso

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1035-8968>
Universidade Federal do Pará, Brasil
E-mail: mileneveloso@hotmail.com

Edson Marcos Leal Soares Ramos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5425-8531>
Universidade Federal do Pará, Brasil
E-mail: ramosedson@gmail.com

Resumo

O presente estudo teve como objetivo analisar as características da violência praticada contra crianças na fase da primeira infância, notificada pelo setor de saúde no período de janeiro de 2009 a julho de 2019 no estado do Pará-Brasil, a partir de uma pesquisa de abordagem quantitativa, descritiva e exploratória. Os resultados demonstraram que a vitimização do sexo feminino (69,05%) foi mais notificada que a do sexo masculino (30,95%). Em relação à raça/cor, crianças pretas e pardas foram mais vitimadas (85,20%), tanto em relação às vítimas do sexo masculino quanto do sexo feminino. A violência ocorreu predominantemente na residência das crianças (86,26%). O tipo de violência que se destacou foi a violência sexual (36,35%), seguido da violência psicológica-sexual (14,85%) e da violência física-psicológica-sexual (14,19%). O conhecido da vítima representou o principal agressor (52,38%), seguido do pai em relação às crianças do sexo feminino e da mãe em relação às crianças do sexo masculino. O autor da violência foi predominantemente do sexo masculino em relação às vítimas do sexo feminino (56,23%) e predominante também em relação às vítimas do sexo masculino (21,47%). Foi possível verificar a prevalência da violência sexual associado à vítima do sexo feminino e o autor do sexo masculino. Os dados sugerem que um percentual importante de crianças na primeira infância no estado do Pará, estão vulneráveis à violência sexual, o que pode acarretar prejuízos ao seu desenvolvimento ao longo de todo o ciclo de vida.

Palavras-chave: Abuso; Infância; Notificação.

Abstract

The present study aimed to analyze the characteristics of violence practiced against children in early childhood, notified by the health sector from January 2009 to July 2019 in the state of Pará-Brazil, based on a quantitative research, descriptive and exploratory. The results showed that female victimization (69.05%) was more reported than male (30.95%). Regarding race / color, black and brown children were more victimized (85.20%), both in relation to male and female victims. Violence occurred predominantly in the children's homes (86.26%). The type of violence that stood out was sexual violence (36.35%), followed by psychological-sexual violence (14.85%) and physical-psychological-sexual violence (14.19%). The victim's acquaintance represented the main aggressor (52.38%), followed by the father in relation to female children and the mother in relation to male children. The perpetrator of violence was predominantly male in relation to female victims (56.23%) and also predominant in relation to male victims (21.47%). It was possible to verify the prevalence of sexual violence associated with the female victim and the male author. The data suggest that an important percentage of children in early childhood in the state of Pará, are vulnerable to sexual violence, which can damage their development throughout the life cycle.

Keywords: Abuse; Childhood; Notification.

Resumen

El presente estudio tuvo como objetivo analizar las características de la violencia practicada contra los niños en la primera infancia, notificada por el sector salud de enero de 2009 a julio de 2019 en el estado de Pará-Brasil, a partir de una investigación cuantitativa, descriptiva y exploratoria. Los resultados mostraron que la victimización femenina (69,05%) fue más denunciada que la masculina (30,95%). En cuanto a raza / color, los niños negros y morenos fueron más victimizados (85,20%), tanto en relación a las víctimas masculinas como femeninas. La violencia ocurrió predominantemente en los hogares de los niños (86,26%). El tipo de violencia que se destacó fue la violencia sexual (36,35%), seguida de la violencia psicológica-sexual (14,85%) y la violencia física-psicológica-sexual (14,19%). El conocido de la víctima representó el principal agresor (52,38%), seguido por el padre en relación a las hijas y la madre en relación a los hijos varones. El autor de la violencia fue predominantemente masculino en relación con las mujeres víctimas (56,23%) y también predominante en relación con los hombres víctimas (21,47%). Se pudo verificar la prevalencia de violencia sexual asociada a la mujer víctima y al autor masculino. Los datos sugieren que un porcentaje importante de niños en la primera infancia en el estado de Pará, son vulnerables a la violencia sexual, lo que puede dañar su desarrollo durante todo el ciclo de vida.

Palabras clave: Abuso; Infancia; Notificación.

1. Introdução

A primeira infância é a etapa do desenvolvimento humano que compreende ao período que abrange os primeiros 6 (seis) anos de vida completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança (Brasil, 2016). Nesta fase acontecem importantes maturações físicas e neurológicas, aprendizados sociais e afetivos na criança. E por se encontrarem em processo de crescimento e desenvolvimento, as crianças também apresentam maior vulnerabilidade no que concerne à violência, o que pode repercutir em um aumento na chance de ocorrência de problemas posteriores, tanto físicos quanto psíquicos podendo incluir doenças transmissíveis e não transmissíveis, danos psicológicos, comportamentos de risco, deficiência de desempenho educacional ou ocupacional e envolvimento em crimes (Walker et al., 2011; Sanchez et al., 2006; NCPI, 2014).

Com isso, a exposição à violência na infância pode prejudicar o desenvolvimento cerebral da criança e produzir danos em outras partes do sistema nervoso, bem como nos sistemas endócrino, circulatório, músculo-esquelético, reprodutivo, respiratório e imune, com consequências ao longo de toda a vida (Felitti et al., 2019).

Todavia, as consequências da violência atingem de forma imediata a criança, ocasionando danos físicos e psicológicos, e vão além da esfera individual da criança, pois afeta em longo prazo a saúde pública e os custos econômicos comprometendo os investimentos em educação, saúde e bem-estar da criança, e reduzindo a capacidade produtiva desses sujeitos ao atingirem a idade adulta (WHO, 2016).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) a violência é definida como o uso intencional da força ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. Sendo assim, é considerada um dos mais graves problemas sociais e de saúde pública, apresentando, junto aos acidentes, grande influência nas questões de adoecimento e morte precoce da população, com efeitos na expectativa e qualidade de vida de crianças, adolescentes e adultos em geral (WHO, 2002).

A violência ocorrida especificamente contra crianças é caracterizada como todo ato ou omissão que possa causar dano físico, sexual e/ou psicológico, em que a proteção desta é negligenciada, seja pelos pais, seja pelos parentes, pelas instituições e pela sociedade em geral (Minayo, 2001).

Trata-se de uma violência às vezes sutil, em geral invisível, cuja gravidade pode escapar ao juízo da sociedade na qual se encontra naturalizada, visto que ao longo de muitos anos perdurou e ainda persiste a ideia de que utilizar castigos, intimidar com o olhar, mandar calar, entre outros comportamentos dos adultos, pais ou responsáveis, seriam meios adequados para educar e ou disciplinar uma criança (Sekkel, 2009).

A OMS também estabelece distinções sobre as naturezas da violência contra crianças, sendo elas: violência física; violência psicológica/moral; tortura; violência sexual; tráfico de seres humanos; violência financeira/econômica;

negligência/abandono; trabalho infantil; intervenção legal. Diante dos diversos tipos de violência, é importante definir as formas analisadas na pesquisa: violência física, violência psicológica e violência sexual.

A violência física é caracterizada como todo ato violento com uso da força física de forma intencional, não acidental, praticada por pais, responsáveis, familiares ou pessoas próximas da criança ou adolescente, que pode ferir, lesar, provocar dor e sofrimento ou destruir a pessoa, deixando ou não marcas evidentes no corpo, e podendo provocar inclusive a morte. As atitudes que identificam esse tipo de violência variam entre tapas, beliscões, chutes e arremessos de objetos, o que causa lesões, traumas, queimaduras e mutilações (Brasil, 2010). É uma das formas mais frequentes de violência que ocorre dentro do ambiente familiar, apesar de subnotificada, pois está estritamente ligada a costumes que foram introduzidos no Brasil desde os jesuítas, que puniam com palmadas e no tronco quem ousasse se manifestar na escola jesuítica (Porto, 2006).

A violência psicológica é toda ação que coloca em risco ou causa dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento de uma criança. São atitudes que se manifestam em forma de rejeição, depreciação, discriminação, desrespeito, cobrança exagerada, punições humilhantes e utilização da criança ou do adolescente para atender às necessidades psíquicas de outrem (Brasil, 2010). É também denominada de tortura psicológica, ocorre quando adultos sistematicamente depreciam crianças, bloqueiam seus esforços de autoestima e realização, ou as ameaçam de abandono e crueldade. Trata-se de um tipo de relação ainda pouco estudada, mas que tem um efeito perverso no desenvolvimento infanto-juvenil (Minayo, 2001).

A violência sexual é todo ato, de qualquer natureza, atentatório ao desenvolvimento sexual da criança e do adolescente, praticado por agente em situação de poder e de desenvolvimento sexual desigual, segundo definição estabelecida pelo plano nacional de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes (Brasil, 2013). Pode também ser caracterizada como todo ato ou jogo sexual com intenção de estimular sexualmente a criança ou o adolescente para obter satisfação sexual, estando os autores da violência em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou adolescente. Abrange uma variedade de comportamentos e atitudes caracterizadas como crime, tais quais: estupro, incesto, assédio sexual, exploração sexual, pornografia, pedofilia, manipulação de genitália, mamas e ânus, até o ato sexual com penetração, imposição de intimidades, exibicionismo, jogos sexuais e práticas eróticas não consentidas e impostas e “voyeurismo” (obtenção de prazer sexual por meio da observação), dentre outras (Brasil, 2010).

Diante disso, o conhecimento das peculiaridades do desenvolvimento das crianças principalmente na fase da primeira infância requer um processo de conscientização e identificação mais rigoroso e proativo, porque essas crianças são fisicamente dependentes dos adultos e estão em situação peculiar de desenvolvimento. Portanto, abordar o abuso infantil nos primeiros anos de vida oferece uma excelente oportunidade para auxiliar as vítimas mais vulneráveis e reduzir efetivamente o impacto nas famílias e comunidades nos anos seguintes (Fredrickson, 2019).

Além disso, é importante destacar que as inúmeras dificuldades no enfrentamento da violência encontram-se no próprio reconhecimento da existência da violência, ou outras vezes ela é visibilizada, mas a vítima é culpabilizada por ter “provocado” tal violência. Estudos mostram que há uma naturalização da violência em geral e em específico da infantil, dadas as formas de interpretação da infância que predominaram por muito tempo na história das civilizações (Egry et al., 2017).

O aumento no número de casos de violência infantil, segundo os dados epidemiológicos mundiais e nacionais, mostra que é cada vez mais necessário demandar ações de controle, por meio de condutas preventivas, pelos setores sociais envolvidos, bem como profissionais de saúde, conselhos tutelares, entre outros (Nunes e Sales, 2016).

De acordo com o Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde publicado em julho de 2020, o número de notificações de violência contra criança no Brasil mais do que triplicou, passou de 13.249 para 45.967 casos, no período de 2011 a 2018 (Brasil, 2020a).

Segundo dados do Disque 100 (Disque Direitos Humanos), divulgado em junho de 2019 pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo federal, foram registrados 152.178 tipos de violações contra crianças e

adolescentes em 2018 no Brasil. Os tipos de violação mais frequentes foram: negligência (72,7%), seguida por violência psicológica (48,8%), física (40,6%) e sexual (22,4%). Entre as vítimas, 48,16% são do sexo feminino, 40,24% masculino e 11,60% não informados. Sobre a faixa etária, 0 a 3 anos (17,84%), 4 a 7 anos (21,48%), 8 a 11 anos (20,10%), 12 a 14 anos (17,44%), 15 a 17 anos (11,93%), nascituro (0,24%), recém-nascido (0,83%), não informado (11,93%). No que tange à relação entre suspeito e vítima, as mães são as principais denunciadas no que se refere às violações – elas representam 37,64%, em seguida os pais (18,47%), padrastos (5,32%), tios/as (3,53%) e as avós (3,59%). Tendo um percentual de 18,77% de não informados (Brasil, 2019a).

Em geral, os autores são aqueles que deveriam protegê-los ou que têm relação de proximidade com as vítimas: pais, mães, padrastos e outros membros da família. Contudo, segundo dados do Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde de julho de 2020, mais de 60% das denúncias de violação de direitos ocorrem na própria casa e na escola, espaços que deveriam ser locais de proteção (Brasil, 2020a).

Destarte, as ações brasileiras têm avançado no que se refere ao investimento na primeira infância, como a inclusão do atendimento prioritário estabelecido no Plano Plurianual (PPA) da União para o quadriênio de 2020 a 2023. O parágrafo único do art. 10 do PPA 2020-2023 prevê um conjunto de ações governamentais voltadas ao atendimento da primeira infância com caráter prioritário para o orçamento de 2020, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, e possui antecedência na programação e na execução orçamentária e financeira durante o quadriênio respectivo (Brasil, 2019b).

Além disso, a partir das informações registradas nos sistemas de notificação, vem sendo possível dimensionar a magnitude da violência no país, planejar o investimento em núcleos de vigilância e assistência, possibilitar a garantia dos direitos de crianças e adolescentes e subsidiar pesquisas e ajustes na rede de proteção (Assis et al., 2012).

Dentre os avanços na legislação brasileira, a Constituição Federal de 1988 representou um marco para os direitos das crianças no Brasil ao reconhecê-las como sujeitos de direitos e assegurando em seu artigo 227 o direito à inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, abrangendo a identidade, a autonomia, os valores, as ideias e o direito de opinião de toda criança e adolescente, de forma a promover seu desenvolvimento pleno (Brasil, 1998).

Em seguida, foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, o qual representa da mesma forma um avanço significativo para a consolidação dos direitos desses sujeitos. O ECA prevê que tanto o governo brasileiro quanto a sociedade em geral devem proteger crianças e adolescentes de toda e qualquer forma de violência e determina penalidades em caso de violações de tais direitos (Brasil, 1990).

Ressalta-se, também, que o ECA estabeleceu a obrigatoriedade da notificação de qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes e definiu a punição para os profissionais que são omissos a qualquer tipo de violação de direitos a esses sujeitos, conforme disposto no art. 245 do referido estatuto.

De acordo com o Atlas da Violência 2020, o ECA reduziu a escalada da violência contra crianças no Brasil, sendo que antes da criação do Estatuto, no período de 1980 a 1991, a violência contra crianças de 0 a 9 anos de idade correspondeu a 2,8% dos casos, sendo que este percentual reduziu pouco mais da metade nos anos de 1991 a 2018, com um percentual de 1,2% (Brasil, 2020b).

Na legislação brasileira, é importante também citar a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996, que define a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, oferecida em centros de educação infantil e creches públicas. Cabe destacar que em 2009, a Emenda Constitucional nº 59 estabeleceu como obrigação, e não apenas como direito, o acesso à educação infantil para meninos e meninas a partir dos 4 anos de idade. A LDB também determina no inciso IX do artigo 12 que os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas. Além disso, prevê no § 9º do art. 26 a inclusão como temas

transversais nos currículos escolares os conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente (Brasil, 1996).

Importante também destacar a criação da Lei nº 13.010/2014 (Lei Menino Bernardo), que também altera dispositivo do ECA, bem como da LDB, para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante. A referida Lei define e proíbe o uso de castigos físicos e tratamento cruel ou degradante com o pretexto de educar em lares, escolas e outros espaços de convivência de crianças e adolescentes (Brasil, 2014).

No que se refere a legislação específica da primeira infância, foi sancionada em 8 de março de 2016, a Lei nº 13.257, referente ao Marco Legal da primeira infância, que dispõe sobre a formulação e implementação de políticas públicas para a faixa etária de zero a seis anos de idade. O Marco Legal visa superar a segmentação de ações, aumentando a eficácia das políticas voltadas para a infância e definindo estratégias de articulação intersetorial. O Art. 5º da Lei nº 13.257/2016 dispõe sobre as áreas prioritárias para as políticas públicas para a primeira infância: a saúde, a alimentação e a nutrição, a educação infantil, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança, a cultura, o brincar e o lazer, o espaço e o meio ambiente, bem como a proteção contra toda forma de violência e de pressão consumista, a prevenção de acidentes e a adoção de medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica. Além disso, a lei do Marco Legal da Primeira Infância alterou o art. 88 do ECA para incluir o inciso X onde prevê que são diretrizes da política de atendimento a realização e divulgação de pesquisas sobre desenvolvimento infantil e sobre prevenção da violência (Brasil, 2016).

Importante ainda destacar a criação da lei nº 13.960 de 19 de dezembro de 2019, que instituiu o Biênio da Primeira Infância do Brasil no período de 2020-2021. Esta lei visa principalmente, entre outras ações, permitir iniciativas e ações do poder público em parceria com entidades médicas, universidades, associações e sociedade civil, na organização de palestras, eventos e treinamentos, com o objetivo de informar a sociedade da importância de promover o desenvolvimento infantil nos primeiros anos de vida da criança (Brasil, 2019c).

No Pará, em especial na capital Belém, o sistema de notificação de casos de violência foi implantado em 2009 e fez parte de um inquérito nacional a fim de caracterizar as vítimas de violência e acidentes atendidos em serviços de urgência em todas as capitais do Brasil. A partir de então, foram realizadas capacitações dos profissionais de saúde para o uso da ficha de notificação de violência doméstica, sexual e outras violências, bem como para o conhecimento do fluxo dessas violências na rede, até o registro no Sistema Nacional de Registros de Notificação - SINAN (Velooso et al., 2013).

Apesar dos avanços mencionados em torno da questão das políticas de proteção e prevenção à violência contra crianças e adolescentes, o cenário brasileiro ainda é desfavorável e as violências ainda estão presentes no cotidiano de muitas crianças e adolescentes. Diante disso, o presente estudo objetivou analisar as características da violência praticada contra crianças, na primeira infância, a fim de permitir a visibilidade e o dimensionamento deste fenômeno e contribuir para a conscientização sobre o problema, bem como para a proposição de políticas públicas específicas nesta fase do desenvolvimento humano.

2. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa do tipo documental, de abordagem descritiva e exploratória, e de natureza quantitativa. Nos métodos quantitativos, faz-se a coleta de dados quantitativos ou numéricos por meio do uso de medições de grandezas que podem ser analisados por meio de técnicas matemáticas como porcentagens, estatísticas e probabilidades, métodos numéricos, métodos analíticos e geração de equações e/ou fórmulas matemáticas aplicáveis a algum processo (Pereira et al., 2018).

Foram analisadas as ocorrências dos casos de violência contra crianças na faixa etária de zero a seis anos notificados

no estado do Pará-Brasil e registrados no banco de dados do Sistema de Notificação de Agravos de Notificação (SINAN), no período de 2009 a 2019.

Os dados foram coletados pelo projeto de pesquisa intitulado “Violência contra crianças e adolescentes: indicadores e estratégias de enfrentamento” desenvolvido na Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Pará e disponibilizados à coordenadora do referido projeto pelo Departamento de Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Saúde Pública do estado do Pará-Brasil.

A faixa etária de zero a seis anos de idade, foi estabelecida de acordo com o critério de idade definido no Marco Legal da Primeira Infância. O recorte temporal foi definido com a finalidade de demonstrar os dados registrados no período de 10 anos, considerando o período de janeiro de 2009 a julho de 2019.

O instrumento utilizado para notificar os casos de violência é a ficha de notificação disponibilizada pelo Ministério da Saúde, na qual classifica-se os tipos de violência em violência física, violência psicológica/moral, violência sexual, violência financeira/econômica, negligência/abandono, tortura, tráfico de seres humanos, trabalho infantil, intervenção legal e outros tipos. Contudo, destes tipos foram demonstrados em especial os dados dos casos de violência sexual, psicológica/moral e física porque representam as maiores ocorrências notificadas no período analisado.

O banco de dados é alimentado pelas informações contidas na ficha de notificação individual que está estruturada em dez blocos, quais sejam: Dados gerais, notificação individual, dados de residência, dados da pessoa atendida, dados da ocorrência, violência, violência sexual, dados do provável autor da violência, encaminhamento e dados finais, além de campos destinados para informações complementares e observações.

As variáveis deste estudo foram definidas de acordo com a ficha de notificação e divididas em quatro categorias: 1. Dados da notificação individual: Sexo, Idade e raça da vítima; 2. Dados da ocorrência: Local do fato; 3. Dados do autor da violência: Sexo e relação com a vítima e 4. Tipos de violência: Sexual, psicológica/moral e física.

Inicialmente, para análise dos dados foram construídas planilhas no formato Microsoft Excel® 2013 a partir do banco de dados do SINAN para organização das variáveis estudadas na pesquisa. Posteriormente, foi realizada a sistematização dos dados para a realização da pesquisa descritiva e construídas tabelas e gráficos por meio do recurso da tabela dinâmica. Esses processos estatísticos permitem obter representações simples e constatar se essas verificações têm relações entre si (Marconi e Lakatos, 2009).

Com intuito de realizar uma análise mais aprofundada dos dados, foi aplicada a técnica da análise de correspondência que é uma técnica estatística exploratória utilizada para verificar associações ou similaridades entre variáveis qualitativas ou variáveis contínuas categorizadas, tendo como objetivo a representação ótima da estrutura dos dados observados. A principal característica é a redução de dados a serem analisados pelo pesquisador com perda mínima de informações, transformando as linhas e colunas das tabelas em unidades correspondentes, o que facilita a representação conjunta dos dados, onde essa correspondência é fundamental para a construção dos gráficos (Fávero et al., 2009).

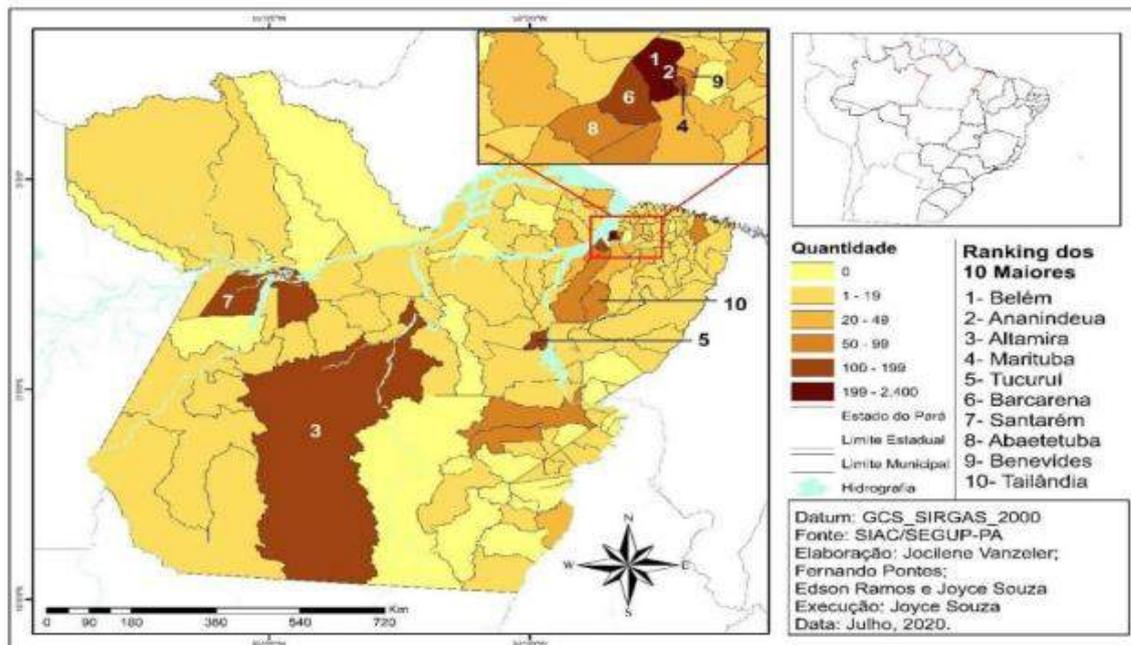
A análise de correspondência foi realizada com o auxílio do aplicativo Statistica, versão 6.0. Em todos os testes, fixou-se $\alpha = 5\%$ ($p \leq 0,05$) para rejeição da hipótese nula. Para realizar a análise de correspondência, as variáveis relacionadas às crianças de 0 a 6 anos foram categorizadas da seguinte maneira: (i) Sexo: Masculino e Feminino; (ii) Faixa Etária: 0 a 1 ano; 2 a 4 anos e 5 a 6 anos; (iii) Raça/Cor: Preta-Parda; Branca; Amarela e Indígena; (iv) Local do fato: Escola; Habitação Coletiva; Residência e Outros (Ambiente Virtual; Barco; Conselho Tutelar; Creche; Dentro do Carro; Fazenda; Hospital; Igarapé; Igreja; Mata; Motel; Residência da Babá; Residência da Mãe; Residência de um parente (Tio(a), Irmão(ã), Avô(ó); Primo(a)); Residência do Pai; Residência do(a) Vizinho(a); Residência do(a) Amigo(a); Sítio e etc.); (v) Tipo de Violência: Física; Psicológica; Sexual; Outras (Abandono; Patrimonial; Tortura; Trabalho Infantil e etc.) e suas combinações duplas (por exemplo, Física-Psicológica) e triplas (por exemplo, Física-Psicológica-Sexual); (vi) Tipo de Relação com o(a) Autor(a): Mãe;

Pai; Irmão(ã); Padrasto; Conhecidos(as); Desconhecido(a); Pai e Mãe e Mãe e Padrasto; (vii) Sexo do(a) Autor(a): Masculino; Feminino e Ambos.

3. Resultados

No período de 2009 a 2019 foram notificados 5.140 casos de violência contra crianças na idade de zero a seis anos no Pará, conforme dados do SINAN. Dentre estes, 2.341 casos ocorreram no município de Belém (capital do estado do Pará) e 638 casos ocorreram no município de Ananindeua, localizada na região metropolitana de Belém, sendo que juntos representam 51,40% dos casos ocorridos em todo o estado (Figura 1).

Figura 1: Mapa da quantidade de crianças de 0 a 6 anos, vítimas de violência no estado do Pará, no período de 2009 a 2019, por município.



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Adaptado pelos autores.

As variáveis apresentadas na Tabela 1 foram analisadas por meio de estatística descritiva. Pela análise dos dados registrados, pode-se verificar que 69,05% dos casos são de vítimas do sexo feminino, sendo 30,95% de vítimas do sexo masculino, crianças do sexo feminino na idade de 5 anos apresentam um percentual de 12,90% dos casos e crianças do sexo masculino a idade de 6 anos representa 12,55% dos casos ocorridos e registrados, a raça preta/parda analisada pela totalidade de casos tanto de meninos quanto de meninas, representa 85,20% dos casos. Sobre o local do fato, a residência das crianças corresponde a 86,26% do total dos casos. Em relação ao tipo de violência, a violência sexual representa um percentual de 36,35% dos casos, a violência psicológica-sexual apresenta 14,85% e a violência física-psicológica-sexual 14,19% dos casos. O conhecido da vítima obteve um percentual de 52,38%, representando o maior agressor de crianças na primeira infância, seguido do pai em relação às vítimas do sexo feminino e da mãe em relação às vítimas do sexo masculino. O autor da violência que aparece em 56,23% dos casos de violência contra vítimas do sexo feminino é do sexo masculino, em relação a vítima do sexo masculino, o autor do sexo masculino também é predominante em 21,47% dos casos.

Tabela 1: Percentual de crianças de 0 a 6 anos, vítimas de violência no estado do Pará, no período de 2009 a 2019, por sexo; idade; raça/cor; local do fato; tipo de violência; tipo de relação com o(a) autor(a) e sexo do autor(a).

Variável	Categoria	Sexo da Vítima		Total (%)
		Masculino (%)	Feminino (%)	
Idade da Criança	<1	3,75	7,61	11,36
	1	2,68	5,41	8,09
	2	3,81	8,09	11,90
	3	4,01	11,11	15,12
	4	5,10	11,38	16,48
	5	5,76	12,90	18,66
	6	5,84	12,55	18,39
	Total	30,95	69,05	100,00
Raça/Cor	Preta-Parda	26,84	58,36	85,20
	Branca	3,61	10,18	13,79
	Indígena	0,09	0,57	0,66
	Amarela	0,09	0,26	0,35
	Total	30,63	69,37	100,00
Local do Fato	Residência	25,69	60,57	86,26
	Escola	1,11	1,63	2,74
	Habitação Coletiva	0,20	0,31	0,51
	Outros*	4,55	5,95	10,50
	Total	31,55	68,46	100,01
Tipo de Violência	Física	5,03	4,65	9,68
	Psicológica	0,44	0,89	1,33
	Sexual	7,94	28,41	36,35
	Outras**	4,99	5,29	10,28
	Física-Psicológica	1,94	2,50	4,44
	Física-Sexual	0,71	2,24	2,95
	Física-Outras**	1,78	1,45	3,23
	Psicológica-Sexual	3,86	10,99	14,85
	Psicológica-Outras**	0,22	0,40	0,62
	Física-Psicológica-Sexual	3,53	10,66	14,19
	Física-Psicológica-Outras**	0,65	0,81	1,46
	Física-Sexual-Outras**	0,04	0,18	0,22
	Psicológica-Sexual-Outras**	0,08	0,32	0,40
	Total	31,21	68,79	100,00
Tipo de Relação	Mãe	4,91	4,99	9,90
	Pai	3,46	9,43	12,89
	Irmão(ã)	0,58	1,29	1,87
	Padrasto	1,78	7,67	9,45
	Conhecidos(as)	16,45	35,93	52,38
	Desconhecido(a)	2,32	6,22	8,54
	Pai e Mãe	1,87	2,27	4,14
	Mãe e Padrasto	0,29	0,54	0,83
	Total	31,66	68,34	100,00
Sexo do Autor	Masculino	21,47	56,23	77,70
	Feminino	6,99	8,84	15,83
	Ambos	2,75	3,72	6,47
	Total	31,21	68,79	100,00

*Outros: (Ambiente virtual; Barco; Conselho tutelar; Creche; Dentro do carro; Fazenda; Hospital; Igarapé; Igreja; Mata; Motel; Residência da babá; Residência da mãe; Residência de um parente (Tio(a), Irmão(ã), Avô(ó); Primo(a)); Residência do pai; Residência do(a) vizinho(a); Residência do(a) amigo(a); Sítio e etc.).

**Outras: (Abandono; Patrimonial; Tortura; Trabalho Infantil e etc.).

Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Adaptado pelos autores

Pela aplicação da análise de correspondência, importante observar que os valores do nível descritivo (p) menores que o nível de significância de 0,05 (5%) e do Critério Beta (β) maior ou igual que 3, indicam que tanto as variáveis como suas categorias são dependentes (Tabela 2). Além disso, pode-se observar que a soma dos percentuais de inércia indica que mais que 70% da informação foi restituída pela AC. Desta forma todos os pressupostos para utilização da técnica de Análise de Correspondência são satisfeitos.

Tabela 2: Estatísticas resultantes da aplicação da técnica de análise de correspondência às variáveis: Sexo da criança de 0 a 6 anos vítima; Raça/cor; Local do fato; Tipo de violência; Tipo de relação com o(a) autor(a) e Sexo do autor(a).

Variáveis	χ^2	B	% Inércia	p
Sexo da Vítima <i>versus</i> Raça	11,77	5,06	100,00	0,008
Sexo da Vítima <i>versus</i> Local do Fato	42,14	22,60	100,00	0,000
Sexo da Vítima <i>versus</i> Tipo de Violência	333,16	92,71	100,00	0,000
Sexo da Vítima <i>versus</i> Relação com Autor(a)	123,56	44,06	100,00	0,000
Sexo da Vítima <i>versus</i> Sexo do Autor(a)	92,52	64,01	100,00	0,000

χ^2 : Valor do Qui-quadrado; β : Valor do critério Beta; p : Nível descritivo.

Fonte: Sistema de informação de agravos de notificação (SINAN). Adaptado pelos autores.

Na Tabela 3, pode-se observar que crianças vítimas do sexo masculino estão associadas à raça/cor preta-parda e crianças vítimas do sexo feminino estão associadas às raças/cor branca e indígena. A vitimização cometida em crianças da raça amarela apresentou resíduos no intervalo (-0,41 a 0,41), isto é, dentro do intervalo (-0,67 a 0,67), nas duas categorias da variável sexo da vítima, o que significa que estatisticamente crianças da raça amarela de ambos os sexos (masculino e feminino) são vitimadas igualmente. Crianças do sexo masculino estão associadas a vitimização em escolas e a outros locais, já crianças do sexo feminino estão associadas a vitimização em residência. A vitimização cometida em crianças em habitação coletiva apresentou resíduos no intervalo (-0,65 a 0,65), isto é, dentro do intervalo (-0,67 a 0,67), nas duas categorias da variável sexo da vítima, o que significa que estatisticamente crianças de ambos os sexos (masculino e feminino) são vitimadas em habitação coletiva. Crianças do sexo masculino estão associadas às violências do tipo física e outros tipos de violência e, também, as combinações das violências física-psicológica; física-outras e física-psicológica-outras, enquanto que crianças do sexo feminino estão associadas à violência do tipo sexual e, também, as combinações das violências física-sexual; psicológica-sexual e física-psicológica-sexual. A violência psicológica e a combinações psicológica-outras apresentaram resíduos nos intervalos: (i) psicológica (-0,41 a 0,41) e (ii) psicológica-outras (-0,43 a 0,43), isto é, dentro do intervalo (-0,67 a 0,67), nas duas categorias da variável sexo da vítima, o que significa que estatisticamente crianças de ambos os sexos (masculino e feminino) são vítimas de violência psicológica e da combinação violência psicológica-outras. As combinações física-sexual-outras e psicologia-sexual-outras não apresentaram associação estatisticamente significativa em relação a vitimização de crianças de ambos os sexos. Crianças do sexo masculino estão associadas à vitimização cometida pela mãe e pai e mãe, já crianças do sexo feminino estão associadas à vitimização cometida pelo pai, pelo padrasto e por desconhecido. A vitimização cometida por irmão(a); conhecido(a), mãe-padrasto apresentou, respectivamente, resíduos nos intervalos: (i) irmão (0,12 a -0,12); (ii) conhecidos (0,21 a -0,21) e (iii) mãe-padrasto (0,38 a -0,38), isto é, dentro do intervalo (-0,67 a 0,67), nas duas categorias da variável sexo da vítima, o que significa que crianças de ambos os sexos (masculino e feminino) são vitimadas por irmão(ãs), pessoas conhecidas e mãe-padrasto. Crianças do sexo masculino estão associadas à vitimização cometida por autores do sexo feminino e de ambos os sexos, já crianças do sexo feminino estão associadas à vitimização cometida por autores do sexo masculino.

Tabela 3: Resíduos e níveis de confiança (entre parênteses), Resultantes da aplicação da técnica de análise de correspondência às variáveis: Sexo da criança; Raça/cor; Local do fato; Tipo de violência; Tipo de relação com o(a) autor(a) e Sexo do autor(a).

Variável	Categoria	Sexo	
		Masculino	Feminino
Raça/Cor	Preta-Parda	0,99(67,76)**	-0,66(0,00)
	Branca	-2,02(0,00)	1,34(82,10)*
	Amarela	-0,41(0,00)	0,27(21,31)
	Indígena	-1,71(0,00)	1,14(74,46)*
Local do Fato	Escola	1,78(92,57)*	-1,21(0,00)
	Habitação Coletiva	0,65(48,27)	-0,44(0,00)
	Residência	-1,98(0,00)	1,34(82,09)*
	Outros ¹	4,62(100,00)*	-3,13(0,00)
	Física	8,14(100,00)*	-5,48(0,00)
	Psicológica	0,31(24,30)	-0,21(0,00)
	Sexual	-7,11(0,00)	4,79(100,00)*
Tipo de Violência	Outras ²	7,00(100,00)	-4,71(0,00)
	Física-Psicológica	3,30(99,90)*	-2,22(0,00)
	Física-Sexual	-1,56(0,00)	1,05(70,80)
	Física-Outras	5,39(100,00)*	-3,63(0,00)
	Psicológica-Sexual	-2,53(0,00)	1,71(91,20)*
	Psicológica-Outras	0,43(33,02)	-0,29(0,00)
	Física-Psicológica-Sexual	-3,00(0,00)	2,02(95,64)*
	Física-Psicológica-Outras	2,01(95,57)*	-1,35(0,00)
	Física-Sexual-Outras	-0,77(0,00)	0,52(39,75)
	Psicológica-Sexual-Outras	-0,90(0,00)	0,60(45,43)
Tipo de Relação	Mãe	6,70(100,00)*	-4,56(0,00)
	Pai	-2,07(0,00)	1,41(84,11)*
	Irmão(ã)	-0,12(0,00)	0,08(6,26)
	Padrasto	-4,68(0,00)	3,19(99,86)*
	Conhecidos(as)	-0,21(0,00)	0,14(11,35)
	Desconhecido(a)	-1,57(0,00)	1,07(71,40)*
	Pai-Mãe	3,27(99,89)*	-2,23(0,00)
	Mãe-Padrasto	0,38(29,28)	-0,26(0,00)
Sexo do Autor	Masculino	-3,76(0,00)	2,53(98,87)*
	Feminino	6,14(100,00)*	-4,14(0,00)
	Ambos	3,43(99,94)*	-2,31(0,00)

*Probabilidades fortemente significativas, pois $\gamma \times 100 \geq 70\%$.

**Probabilidades moderadamente significativas, pois $50\% \leq \gamma \times 100 \leq 70\%$.

¹ Outros (Ambiente virtual; Barco; Conselho tutelar; Creche; Dentro do carro; Fazenda; Hospital; Igarapé; Igreja; Mata; Motel; Residência da babá; Residência da mãe; Residência de um parente (Tio(a), Irmão(ã), Avô(ó); Primo(a)); Residência do pai; Residência do(a) vizinho(a); Residência do(a) amigo(a); Sítio e etc.).

² Outras (Abandono; Patrimonial; Tortura; Trabalho infantil e etc.).

Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Adaptado pelos autores.

4. Discussão

A partir dos resultados, foi possível observar que em Belém, capital do estado do Pará, foram registrados 2.341 casos de violência contra crianças na primeira infância, e na cidade de Ananindeua que faz parte da região metropolitana de Belém, apresentou 638 casos, sendo que juntas somaram 2.979 casos, o que representa mais da metade de casos registrados em todo o estado (Figura 1).

Todavia, esses dados devem ser analisados com cautela, pois capitais e regiões metropolitanas concentram maior quantidade e diversidade de instituições e equipamentos da rede de atendimento, o que é mais escasso nos demais municípios. Além disso, observa-se maior presença de equipamentos em Belém e Ananindeua, e menor presença nos municípios mais distantes da região metropolitana (Silva & Hage, 2017). Um dos fatores, portanto, que pode justificar o elevado número de

casos de violências ocorridos e registrados na capital do estado e na cidade de Ananindeua.

Em relação a análise das variáveis, os resultados demonstram que a grande maioria (69,05%) das vítimas é do sexo feminino (Tabela 1). A quantidade expressiva de vítimas do sexo feminino pode ser explicada também por questões relacionadas a violência de gênero, que colocam as mulheres como objeto sexual e em posição de desigualdade, fazendo com que crianças e adolescentes estejam mais vulneráveis também nesse contexto, quando se considera a violência sexual (Duarte & Arboleda, 1997; Oliveira, 2006).

A violência de gênero é resultado de uma assimetria de poder, que se traduz em relações de força e dominação, reproduzida às crianças que, no âmbito intrafamiliar, constituem o polo desfavorecido da relação de poder intergeracional (Fonseca et al., 2012). Esse tipo de violência ocorre desde a infância, onde adultos figuram como dominadores e as crianças como dominados, sendo que essa hierarquia começa no chefe da família e termina no mais frágil dos seus filhos, provavelmente filhas (Saffioti, 2004)

O Boletim Epistemológico, editado pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde em 2018, apresentou dados semelhantes em estudo sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil nos anos de 2011 a 2017. O referido estudo mostrou que 43.034 (74,2%) das vítimas de violência sexual eram do sexo feminino e 14.996 (25,8%) do sexo masculino (Brasil, 2018).

Sobre o local de ocorrência da violência contra crianças e adolescentes constatou-se que 86,26% dos registros apontam para a residência desses sujeitos (Tabela 1). Este resultado traz a reflexão sobre a idealização do espaço do lar como o local mais seguro e harmônico para a criança, na medida em que a violência pode ser praticada de forma silenciosa ao longo dos anos por familiares e conhecidos das vítimas (Marques et al., 2008; Pelisoli et al., 2010).

Resultado semelhante também é observado no Boletim Epistemológico do Ministério da Saúde de julho de 2020 em que apontou que a maior parte dos autores tinha vínculo familiar e amizade/conhecimento com as vítimas (Brasil, 2020a).

Em relação ao autor da violência, grande maioria (77,70%) é do sexo masculino (Tabela 1). Resultado idêntico foi identificado em estudo realizado em 2015, sobre a predominância do sexo masculino entre os agressores. Isso levanta uma discussão sobre gênero e as diferenças entre os sexos que leva a desigualdade por meio da dominação e exploração entre pares, o que dificulta o desenvolvimento de um sistema de vigilância e de informações mais efetivas, na medida em que muitos casos de violência passam a ser revelados após a consolidação da exploração e dominação (Veloso, 2015).

Há uma tolerância social, tanto da vitimização de meninas quanto da perpetração por parte de meninos e de homens, o que torna as crianças, e especialmente as meninas, vulneráveis à violência que é muitas vezes vista como normal e que, ao lado da vergonha, do medo e da crença de que ninguém pode ajudar, resulta em baixos níveis de denúncia às autoridades. Além disso, as vítimas muitas vezes são consideradas culpadas pela violência que sofreram. Essa tolerância da sociedade em relação à violência em geral decorre do status inferior de mulheres e crianças em muitas sociedades, e de normas culturais relacionadas a gênero e masculinidade. (WHO, 2016).

Os resultados quanto a relação do autor da violência com a vítima, observa-se que conhecidos são predominantemente os autores da violência tanto quando se refere à vítima do sexo feminino quanto à vítima do sexo masculino (Tabela 1). A participação de amigos e conhecidos tem se destacado cada vez mais em estudos publicados acerca da violência, o que revela a facilidade na abordagem às vítimas, a confiança adquirida pelo agressor, que usa desta condição para se aproximar e assim desencadear o processo da violência. Sendo ainda que esta aproximação pode ser realizada de forma sedutora ou com o uso de força física (Veloso, 2015).

Importante destacar um estudo similar a este que foi desenvolvido com objetivo de apresentar o quadro de violência doméstica, sexual e outras violências perpetradas contra crianças (0-9 anos) no Brasil no ano de 2010. Entre os resultados, chama atenção a conclusão de que em bebês (crianças até um ano de idade), a negligência e a violência física são os tipos mais

comuns de violência. Nesta faixa etária, o ambiente doméstico é o espaço privilegiado de ocorrência da violência, tendo a mãe como a principal agressora. A partir de 1 ano de idade, outras formas de violência ganham destaque, em especial a física, a sexual e a psicológica (Assis, 2012).

Outro estudo sobre violência em crianças no município de Ribeirão Preto, em São Paulo, região sudeste do Brasil, no período 2006-2008, analisou 498 notificações de violência contra crianças de zero a nove anos de idade e obteve os seguintes resultados: Predominaram vítimas do sexo feminino, na idade entre dois e cinco anos (mais de 60%). A maioria dos agressores era do sexo masculino (53,6%), destacando-se a figura paterna (22,7%). Agressões físicas foram as mais praticadas e, para todos os tipos de agressões, o local de maior ocorrência foi a residência da família (Farias et al., 2016).

Do mesmo modo, em estudo realizado com a finalidade de analisar notificações de violências contra crianças de 0 a 9 anos, registradas pelos serviços públicos de saúde no Brasil, concluiu-se que a maior frequência das violências foi no ambiente doméstico, em meninas, sendo os pais os agressores mais frequentes. A violência se caracterizou pela repetição da ocorrência, sendo o uso de bebidas alcoólicas pelo agressor relatado em um quarto dos casos. A negligência foi o tipo mais notificado, seguida pela física, sexual e a psicológica. A negligência e a violência física têm maior chance de ocorrer em meninos, e a sexual e psicológica em meninas (Rates et al., 2015).

Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020, a maior parte das vítimas de estupro e estupro de vulnerável são do sexo feminino, representando cerca de 85,7%. A comparação dos dados sobre a idade da vítima por sexo aponta para disparidades entre homens e mulheres (e meninos e meninas) na vitimização sexual, sendo que entre as vítimas do sexo masculino, os casos estão mais concentrados durante a infância, e entre as vítimas do sexo feminino a violência sexual acontece mais frequentemente durante a adolescência. Os dados mostram também que o auge da vitimização entre as vítimas do sexo masculino se dá aos 4 anos de idade, enquanto entre as vítimas do sexo feminino isto acontece aos 13 anos. Os estupros se concentram nas faixas etárias mais baixas, sendo que 38,2% ocorrem dos 0 aos 9 anos, 43,5% entre 10 e 14 anos e 18,4% entre 15 e 19 anos (FBSP, 2020b).

5. Considerações Finais

Os resultados deste estudo demonstraram que um percentual importante de crianças sofreu violência na primeira infância e as consequências podem impactar todo seu ciclo de vida. Além disso, essas violências afetam a curto e a longo prazo a saúde pública e os custos econômicos comprometendo os investimentos em educação, saúde e bem-estar da criança, reduzindo suas potencialidades ao atingirem a idade adulta.

Apesar dos avanços mencionados em torno da questão das políticas de proteção e prevenção à violência contra crianças, o cenário brasileiro ainda é desfavorável. Por isso, o conhecimento das peculiaridades do desenvolvimento das crianças principalmente na fase da primeira infância requer um processo de conscientização e identificação mais rigoroso e proativo, porque essas crianças são fisicamente dependentes dos adultos e estão em situação peculiar de desenvolvimento.

Pela análise dos dados, infere-se que no estado do Pará a vitimização do sexo feminino supera em grande parte a do sexo masculino, crianças do sexo feminino na idade de 5 anos sofrem mais violência na primeira infância e crianças do sexo masculino são mais vitimadas na idade de 6 anos, a raça/cor preta/parda predominam tanto em relação às vítimas do sexo masculino quanto do sexo feminino. A violência ocorre predominantemente na residência das crianças. O tipo de violência que se destaca é a violência sexual, seguido da violência psicológica-sexual e da violência física-psicológica-sexual. O conhecido da vítima representa o maior agressor, seguido do pai em relação às vítimas do sexo feminino e da mãe em relação às vítimas do sexo masculino. O autor da violência é predominantemente do sexo masculino em relação a vítima do sexo feminino é predominante também em relação a vítima do sexo masculino.

Com a aplicação da análise correspondência, observou-se peculiaridades entre as quais destaca-se que crianças do

sexo masculino estão associadas a vitimização em escolas e a outros locais, já crianças do sexo feminino estão associadas a vitimização em residência. Crianças do sexo masculino estão associadas às violências do tipo física e outros tipos de violência e, também, as combinações das violências física-psicológica; física-outras e física-psicológica-outras, enquanto que crianças do sexo feminino estão associadas à violência do tipo sexual e, também, as combinações das violências física-sexual; psicológica-sexual e física-psicológica-sexual. Crianças do sexo masculino estão associadas à vitimização cometida pela mãe e pai e mãe, já crianças do sexo feminino estão associadas à vitimização cometida pelo pai, pelo padrasto e por desconhecido. Crianças do sexo masculino estão associadas à vitimização cometida por autores do sexo feminino e de ambos os sexos, já crianças do sexo feminino estão associadas à vitimização cometida por autores do sexo masculino. Em síntese, a violência praticada contra meninos difere da violência praticada contra meninas, em relação às características do autor, da vítima e quanto as circunstâncias do fato.

De modo geral, percebe-se que a questão de gênero é o maior diferencial na violência na primeira infância, sendo que o tipo de violência contra crianças do sexo masculino e suas circunstâncias não apresenta semelhança significativa com relação a violência contra crianças do sexo feminino. Portanto, entre os resultados, pode-se identificar o ponto considerado de maior relevância nesta pesquisa que é a predominância da violência sexual associado ao fato da vítima ser do sexo feminino. Embora a subnotificação da violência seja elevada, em especial a violência sexual contra meninos.

Diante dos resultados, este estudo sugere o desenvolvimento de trabalhos futuros de análise específica sobre a caracterização da violência sexual contra crianças na primeira infância, considerando as peculiaridades de cada idade, para comparar com outras faixas etárias. Para tanto, destaca-se a necessidade de outras pesquisas que versam sobre as evidências encontradas neste estudo, bem como sobre as percepções de profissionais que atuam no recebimento e investigação de notificação envolvendo crianças e adolescentes para que se possa realizar uma leitura de todo o processo de notificação e assim contribuir de forma mais efetiva para o enfrentamento da violência contra esses sujeitos.

Referências

Adolescente e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm

Assis, S. G. de., Avanci, J. Q., Pesce, R. P., Pires, T. de O., & Gomes, D. L. (2012). Notificações de violência doméstica, sexual e outras violências contra crianças no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(9), 2305–2317. 10.1590/s1413-81232012000900012

Comitê Científico do Núcleo Ciência pela Infância – NCPI. (2014). Estudo nº 1. O Impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância sobre a Aprendizagem: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. <https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2018/07/O-IMPACTO-DO-DESENVOLVIMENTO-NA-PRIMEIRA-INFANCIA-SOBRE-A-APRENDIZAGEM.pdf>

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Duarte, J. C., & Arboleda, M. (1997). *Malos Tratos Y Abuso Sexual Infantil: Causas, consecuencias e intervenció*. Madrid: Siglo XXI de España.

Egry, E. Y., Apostólico, M. R., Morais, T. C. P., & Lisboa, C. C. R. (2017). Enfrentar a violência infantil na Atenção Básica: como os profissionais percebem? *Revista Brasileira de Enfermagem*, 70(1), 119–125. 10.1590/0034-7167-2016-0009

Farias, M. S., Souza, C. S., Carneseca, E. C., Passos, A. D. C., & Vieira, E. M. (2016). Caracterização das notificações de violência em crianças no município de Ribeirão Preto, São Paulo, no período 2006-2008. *Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 25 (4), 799-806. 10.5123/S1679-49742016000400013

Fávero, L. P. L., Belfiore, P. P., Silva, F. L. da., & Chan, B. L. (2009). *Análise dos Dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*: Elsevier.

Felitti, V. J., Anda, R. F., Nordenberg, D., Williamson, D. F., Spitz, A. M., Edwards, V., Koss, M. P., & Marks, J. S. (2019). Relationship of Childhood Abuse and Household Dysfunction to Many of the Leading Causes of Death in Adults: The Adverse Childhood Experiences (ACE) Study. *American Journal of Preventive Medicine*, 56(6), 774–786. 10.1016/j.amepre.2019.04.001

Fonseca, R. M. G. S., Egry, E. Y., Nóbrega, C. R., Apostólico, M. R., & Oliveira, R. N. G. (2012). Reincidência da violência contra crianças no Município de Curitiba: um olhar de gênero. *Acta Paul Enferm*, 25 (6), 895-901. 10.1590/S0103-21002012000600011

Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). (2020). 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP). <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuário-14-2020-v1-final.pdf>

Fredrickson, R. (2019). Trauma-Informed Care for Infant and Early Childhood Abuse. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 28(4), 389–406. 10.1080/10926771.2019.1601143

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da Violência. https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36488&Itemid=432

Lei n. 13.010, de 26 de junho de 2014. Altera a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13010.htm

Lei n. 13.960, de 19 de dezembro de 2019. Institui o Biênio da Primeira Infância do Brasil no período de 2020-2021. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13960.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.960%2C%20DE%2019.per%C3%ADodo%20de%202020%20a%202021.

Lei n. 13.971, de 27 de dezembro de 2019. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13971.htm

Lei n. 8.069; de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

Lei n.º 13.257, de 08 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2010). Fundamentos de metodologia científica: Atlas.

Marques, H. M. V., Amparo, D. M., & Faleiros, V. P. (2008). O vínculo Transgeracional e o Teste de Rorschach de um abusador sexual. In: Penso M, Costa L, organizadores. A transmissão geracional em diferentes contextos: da pesquisa à intervenção: Summus.

Minayo, M. C. de S. (2001). Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, 1 (2), 91-102. 10.1590/S1519-38292001000200002.

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH). Secretaria de Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Plano nacional de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes: MDH. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-contenido/crianca-e-adolescente/plano-nacional-de-enfrentamento-da-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes.pdf?view>

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Disque Direitos Humanos. Relatório 2019: MMFDH. https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/junho/balanco-anual-disque-100-atendeu-2-7-milhoes-de-ligacoes-em-2019/copy_of_Relatorio_Disque_100_final.pdf

Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde: MS. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_crianças_famílias_violencias.pdf

Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico, jun. 2018, vol. 49, n. 27: MS. <https://portal.arquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf>

Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico, jul. 2020, 51(28): MS. <https://antigo.saude.gov.br/images/pdf/2020/July/14/Boletim-epidemiologico-SVS-28-v2.pdf>

Nunes, A. J., & Sales, M. C. V. (2016). Violência contra crianças no cenário brasileiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(3), 871-880. 10.1590/1413-81232015213.08182014

Oliveira, V. L. A. (2006). A violência doméstica contra crianças e adolescentes no município de Curitiba [Dissertação]: Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública. Universidade de São Paulo (USP).

Pelisol, C., Pires, J. P. M., Almeida, M. E., & Dell'Aglio, D. D. (2010). Violência sexual contra crianças e adolescentes: dados de um serviço de referência. *Temas em Psicologia*, 18 (1), 85-97. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v18n1/v18n1a08.pdf>

Pereira, A. S., Shitsuka, D. M., Parreira, F. J., & Shitsuka, R. (2018). Metodologia da pesquisa científica. [e-book]. Santa Maria. Ed. UAB/NTE/UFMS. https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/115824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1

Porto, P. R. F. (2006). Anotações preliminares à Lei 11.340/2006 e sua repercussão em face dos Juizados Especiais Criminais: Livraria do Advogado.

Rates, S. M. M., Melo, E. M., Mascarenhas, M. D. M., & Malta, D. C. (2015). Violência infantil: uma análise das notificações compulsórias, Brasil 2011. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20 (3), 655-665.

Saffioti, H. I. B. (2004). Gênero, patriarcado, violência: Fundação Perseu Abramo.

Sanchez, R. N., & Minayo, M. C. S. (2006). Violência contra Crianças e Adolescentes: Questão Histórica, Social e de Saúde. In: Lima C, organizador. *Violência faz mal à saúde: MS*, p. 29-38.

Sekkel, M. C. (2009). O cuidado na educação contra a violência na primeira infância. *Rev. Temas em Psicologia*, 17 (2), 371-376. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v17n2/v17n2a09.pdf>

Silva, L. I., & Hage, S. (2017). Violência e Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: Desafios para a Atuação da Rede de Proteção aos Direitos Humanos na Amazônia. In: Oliveira A. C. (Org.). *Violência Sexual contra Crianças e adolescentes. Cenários Amazônicos, Rede de Proteção e Responsabilidade Empresarial: Lumen Juris*.

Veloso, M. M. X. (2015). Maus-tratos contra crianças e adolescentes: limites e possibilidades de atuação de profissionais de saúde [Tese]. Belém-PA: Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Universidade Federal do Pará (UFPA).

Veloso, M. M. X., Magalhães, C. M. C., Dell'Aglio, D. D., Cabral, I. R., & Gomes, M. M. (2013). Notificação da violência como estratégia de vigilância em saúde: perfil de uma metrópole do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(5), 1263–1272. 10.1590/s1413-81232013000500011

Walker, S. P., Wachs, T. D., Grantham-McGregor, S., Black, M. M., Nelson, C. A., Huffman, S. L., Baker-Henningham, L., Chang, S. M., Hamadani, J. D., Lozoff, B., Gardner, J. M. M., Powell, C. A., Rahman, A., & Richter, R. (2011). Inequality in early childhood: risk and protective factors for early child development. *The Lancet*, 378(9799), 1325–1338. 10.1016/s0140-6736(11)60555-2

World Health Organization (WHO). (2002). *World report on violence and health*. Geneva.

World Health Organization (WHO). (2016). *INSPIRE: seven strategies for ending violence against children*. Tradução em português: B&C Textos. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da Universidade de São Paulo (USP).

2.2. Artigo Científico 2:

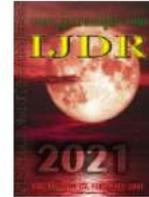


ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research
Vol. 11, Issue, 02, pp.44464-44469, February, 2021
<https://doi.org/10.37118/ijdr.21088.02.2021>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

CHARACTERIZATION OF SEXUAL VIOLENCE AGAINST CHILDREN IN EARLY CHILDHOOD: AN ANALYSIS OF THE VICTIMIZATION OF BOYS AND GIRLS IN THE STATE OF PARÁ-BRAZIL

Jocilene Costa Vanzeler*¹, Fernando Augusto Ramos Pontes¹, Milene Maria Xavier Veloso² and Edson Marcos Leal Soares Ramos¹

¹Graduate Program in Public Security, Federal University of Pará-Brazil

²Behavior Theory and Research Graduate Program, Federal University of Pará-Brazil

ARTICLE INFO

Article History:

Received 10th December, 2020
Received in revised form
15th December, 2020
Accepted 22nd January, 2021
Published online 24th February, 2021

Key Words:

Childhood, Notification, Sexual abuse,
Small children.

*Corresponding author:

Jocilene Costa Vanzeler,

ABSTRACT

The present study analyzed the characteristics of cases of sexual violence against children in the early childhood stage, which occurred from 2009 to 2018 in the state of Pará-Brazil. It was a research with a quantitative, descriptive and exploratory approach. In the analyzed period, 3,970 cases of sexual violence against children aged 0 to 6 years were reported, 69.27% of cases against girls and 30.73% against boys. The black-brown color, which constitutes the black population, stood out among boys and girls, representing 58.64% of the total registered cases. The residence represented the place of greatest notification, representing 3,339 of the total of notified cases, of which 61.74% occurred against girls and 25.65% against boys. The victim's acquaintance had the highest record, with 23.15% in relation to girls and 9.97% in relation to boys. 3,039 cases were recorded in which the aggressor was male, both against boys and against girls, however 58.11% was against girls victims and 22.31% against boys. A predominance of sexual violence against girls stands out in the data, with the indexes being higher in all variables analyzed, revealing the influence of the gender issue since the child's first years of life.

Copyright © 2020, Jocilene Costa Vanzeler et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Jocilene Costa Vanzeler, Fernando Augusto Ramos Pontes, Milene Maria Xavier Veloso and Edson Marcos Leal Soares Ramos, 2021. "Characterization of sexual violence against children in early childhood: an analysis of the victimization of boys and girls in the state of Pará-Brazil", *International Journal of Development Research*, 11, (02), 44464-44469.

INTRODUCTION

The child's first six years of life correspond to the phase called early childhood (Brasil, 2016). Due to the importance that this period represents for human development, several authors (Walker *et al.*, 2011; Sanchez *et al.*, 2006; Felitti *et al.*, 2019) highlight the impacts that the occurrence of violence can have for the rest of life. From violence against children to sexual violence is one of the most striking, being defined as any act, of any nature, that undermines the sexual development of children and adolescents, performed by an agent in a situation of power and of unequal sexual development, according to the definition established by the national plan to confront sexual violence against children and adolescents (Brasil, 2013). It covers a variety of behaviors and attitudes characterized as a crime, such as: rape, incest, sexual harassment, sexual exploitation, pornography, pedophilia, manipulation of genitalia, breasts and anus, up to penetrative sex, imposition of intimacies, exhibitionism, games sexual acts and erotic practices not consented and imposed and "voyeurism" (obtaining sexual pleasure through observation), among others (Brasil, 2010).

The 2013 national plan to combat sexual violence against children and adolescents, conceptualizes sexual violence through two concepts: sexual abuse and sexual exploitation. In sexual abuse, the body of the child or adolescent is the object with which to practice any sexual act, without obtaining a profit, in which the abuser only wishes to satisfy his desire, and may be intra-family (when the abuse happens within the family or exists kinship relationship between those involved), and extra-family (when there is no kinship). In relation to sexual exploitation, it consists in the commercialization of the sexuality of children and adolescents, with the intention of obtaining a profit, monetary or any other type of advantage (Souza, 2017). The study of the peculiarities of the child's development in the first years of life requires a more rigorous awareness and identification process because these children are physically dependent on the adults around them. Therefore, addressing the issue of child abuse in early childhood contributes to reducing the impacts that this type of violence can generate (Fredrickson, 2019). Some advances in combating violence against children are pointed out in Brazil, such as the CPI of Child and Youth Prostitution in 1993 and 1994, in addition to the elaboration of the National Plan to Combat Sexual Violence

against Children and Youth in the year 2000. Since then, several groups and non-governmental organizations emerged that started to fight for the political confrontation of the problem (Lowenkron, 2014). With regard to advancing the theme of Early Childhood, the creation of Law No. 13,257 / 2016, referring to the Legal Framework for Early Childhood, which provides for the formulation and implementation of public policies for the age group from zero to six years of age, stands out, age and aims to overcome the segmentation of actions, increasing the effectiveness of policies aimed at children and defining intersectoral articulation strategies (Brasil, 2016). However, even in the face of advances, children and adolescents continue to be exposed to any and all types of violence, including sexual violence, which is one of the most serious manifestations of disrespect for human rights, especially when they reach individuals in a peculiar condition of development. (Gadelha, 2017). In view of this, the importance of this study is verified, as it may contribute to the elaboration of public policies aimed at protecting the integrity of children and adolescents, while seeking to demonstrate the rates of crimes involving the sexual violence of these subjects. Thus, the objective of this study is to analyze the characteristics of sexual violence against children in early childhood in order to allow the visibility and dimensioning of this phenomenon and to contribute to the awareness of the problem, as well as to the proposition of specific public policies to these guys.

MATERIALS AND METHODS

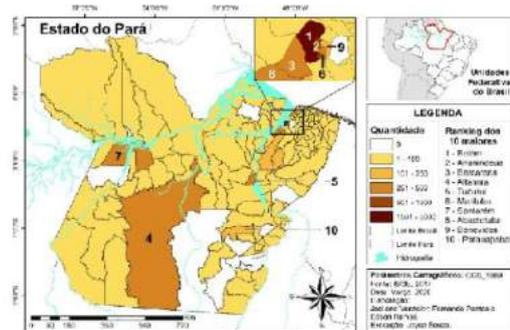
This is a documentary type research, with a quantitative, descriptive and exploratory approach, in which the occurrences of cases of sexual violence against children aged zero to six years in the state of Pará were analyzed and recorded in the database of the Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) in the period from 2009 to 2018. The information in the database was collected through the research project entitled "Violence against children and adolescents: indicators and coping strategies" developed at the Faculty of Psychology of the Federal University of Pará. The data were made available by the Department of Epidemiological Surveillance of the Secretariat of Public Health in the state of Pará. The time frame was defined in order to demonstrate the data recorded over the 10-year period, considering the creation of SINAN in 2009 and the last year of consolidated data (2018). The object of this study represents a total of 3,970 cases of sexual violence against children in early childhood recorded in the database in question and reported in Belém do Pará from 2009 to 2018. The instrument used to notify cases of violence is the notification form provided by the Ministry of Health, which classifies the types of violence in physical violence, psychological / moral violence, sexual violence, financial / economic violence, neglect / abandonment, torture, human trafficking, child labor, legal intervention and other types. However, of these types, data on cases of sexual violence were demonstrated in particular because it represented the highest occurrences reported in the analyzed period. The variables in this study were defined according to the notification form and divided into four categories: 1. Individual notification data: Sex and race of the victim; 2. Occurrence data: Location of the event; 3. Data on the perpetrator of the violence: Sex and relationship with the victim.

First, for data analysis, the statistical technique called descriptive data analysis was used, with graphs presentation. Graphical methods have found increasing use due to their strong visual appeal, and it is usually easier to understand the message of a graph than that embedded in tables or numerical summaries (Bussab and Morettin, 2017). In order to verify associations or similarities between qualitative variables or categorized continuous variables, a statistical analysis called Correspondence Analysis (CA) was applied, which is an interdependence technique whose main characteristic is the reduction of data to be analyzed by the researcher with minimal loss information, transforming the rows and columns of the tables into corresponding units, which facilitates the joint representation of the data, where this correspondence is fundamental for the construction of the graphs (Fávero et al., 2009). The correspondence analysis was

performed with the aid of the Statistica application, version 6.0. In all tests, $\alpha = 5\%$ ($p \leq 0.05$) was set to reject the null hypothesis. To perform the Correspondence Analysis, variables related to Children were categorized as follows: (i) Sex: Male and Female; (ii) Age group: 0 to 3 years; 4 to 7 years and 8 to 11 years; (iii) Race / Color: Black-Brown; White; Yellow and Indigenous; (iv) Location of the event: School; Collective Housing; Residence and Others (Virtual Environment; Boat; Guardian Council; Nursery; Inside the Car; Farm; Hospital; Igarapé; Church; Forest; Motel; Nanny's Residence; Mother's Residence; Residence of a relative (Uncle (a), Brother (ã), Grandfather (O); Cousin (a)); Residence of the Father; Residence of the Neighbor (a); Residence of the Friend (a); Site and etc.); (v) Type of Relationship with the Author: Mother; Dad; Brother (ã); Stepfather; Known; Unknown; Father and Mother and Mother and Stepfather; (vi) Gender of the Author: Male; Female and Both.

RESULTS

In the period from 2009 to 2018, 3,970 cases of sexual violence against children aged zero to six years were reported in Pará, according to data recorded by SINAN. Of the total records, 1,879 cases occurred in the municipality of Belém, capital of the state of Pará and 542 cases occurred in the municipality of Ananindeua, located in the metropolitan region of Belém, and together they represent 60.98% of the cases throughout the state (Figure 1).



Source: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Adapted by the authors.

Figure 1. Map illustrating the number of children aged 0 to 6 years, victims of sexual violence in the state of Pará, in the period from 2009 to 2018, by municipality

In addition, of the total records, 2,750 cases occurred against girls, corresponding to 69.27% of the cases, and 1,220 against boys, representing 30.73% of the reported cases. As for the race variable, 3,568 reported cases were found, of which the black-brown race stood out among boys and girls, representing 58.64% of the total registered cases (Table 1). With regard to the location of the fact, the residence is observed as the place with the highest notification of sexual violence in early childhood, representing 3,339 of the total cases reported in relation to the other locations. Of the total recorded, 61.74% occurred against girls and 25.65% against boys. The type of relationship between the aggressor and the victim, the victim's acquaintance, had the highest record, corresponding to 1,319 reported cases, of which 23.15% were for girls and 9.97% were for boys. It is also important to note that the father of the girl victim appears as the second most notified, but in relation to the boy victim the mother appears as the second most notified (Table 1). With regard to the perpetrator of violence against children in early childhood, 3,039 cases were recorded in which the aggressor was male, both against boys and girls. However, of these registered cases, 58.11% were against girls victims and 22.31% in relation to boys (Table 1). Regarding the results of the application of correspondence analysis, the values of the descriptive level (p) were lower than the significance level of 0.05 (5%) and of the Beta Criterion (β) greater

Table 1. Percentage of Children from 0 to 6 years old, Victims of Sexual Violence in the State of Pará, Brazil, in the period from 2009 to 2018, by Sex, Age, Age Group; Race / Color; Place of the Fact; Type of Relationship with the Author (s) and Gender of the Author (a).

Variable	Category	Percent		
		Victim's Sex		Total
		Female	Male	
Child's Age	<1	0,20	0,03	0,23
	1	5,67	2,72	8,39
	2	8,66	3,98	12,64
	3	12,42	4,63	17,05
	4	13,05	5,64	18,69
	5	14,81	6,83	21,64
	6	14,46	6,90	21,36
Race/Color	Total	69,27	30,73	100,00
	Black-Brown	58,64	26,93	85,57
	White	10,12	3,67	13,79
	Indigenous	0,28	0,08	0,36
	Yellow	0,22	0,06	0,28
Fact Location	Total	69,26	30,74	100,00
	Residence	61,74	25,65	87,39
	School	1,75	1,26	3,01
	Collective Housing	0,21	0,18	0,39
	Others*	5,18	4,03	9,21
Relationship Type	Total	68,88	31,12	100,00
	Acquaintances	23,15	9,97	33,12
	Father	10,25	3,54	13,79
	Stepfather	8,32	1,97	10,29
	Mother	5,06	4,78	9,84
	Unknown	5,64	1,92	7,56
	FatherandMother	1,97	1,62	3,59
	Brother	1,44	0,61	2,05
	Motherand Stepfather	0,61	0,38	0,99
	Others	13,13	5,64	18,77
Sex of the aggressor	Total	69,57	30,43	100,00
	Male	58,11	22,31	80,42
	Female	7,94	6,03	13,97
	both	3,33	2,28	5,61
Total	69,38	30,62	100,00	

Grade: *Others (Virtual Environment, Boat, Guardian Council, Day Care, Inside the Car, Farm, Hospital, Igarapé, Church, Forest, Motel, Babysitter's Residence, Mother's Residence, Residence of a relative (Uncle (a), Brother (ã), Grandfather (Ó), Cousin (a)); Residence of the Father, Residence of the Neighbor (a), Residence of the Friend (a), Site and etc.). Source: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Adapted by the authors.

Table 2. Statistics Resulting from the Application of the Correspondence Analysis Technique to the variables: Gender of the Child from 0 to 6 years old Victim of Sexual Violence in the State of Pará and Age of the Victim; Victim's Age Group; Race / Color of the Victim; Place of the Fact; Type of Victim's Relationship with the Author and Gender of the Author, in the period from 2009 to 2018

Variables	χ^2	β	% inertia	P
Victim's Sex versus Victim's Age (years)	22,77	6,85	100	0,001
Victim vs. Race Sex	16,83	7,98	100	0,001
Victim's Sex vs. Fact Location	113,34	63,70	100	0,000
Victim's Sex versus Author Relationship	329,12	113,53	100	0,000
Gender of the Victim versus Gender of the Author	150,63	105,10	100	0,000

Nota: χ^2 : Chi-square value; β : Beta Criterion value; p: Descriptive Level.

Source: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Adapted by the authors.

than or equal to 3, indicating that both the variables and their categories are dependent (Table 2). In addition, it can be seen that the sum of the percentages of inertia indicates that more than 70% of the information was returned by the CA. In this way, all the assumptions for using the Correspondence Analysis technique are satisfied. In Table 3, it can be seen that there is a relationship of victimization of female children aged <1 year and 3 years; of races / white color; location of the fact of residence; the aggressors being the father, the stepfather and the unknown, with the author of male violence. The victimization of male children, on the other hand, is related to the victims' ages of 1, 5 and 6 years; race / black-brown color; at school, collective housing and others; the aggressors being mother, father and mother, mother and stepfather and others; with the perpetrator of violence of the female sex or of both sexes.

DISCUSSION

Through the results of the present study, it was found that the records of sexual violence against children in early childhood in the state of Pará in the analyzed period totaled 3,970 reported cases of sexual

violence against children in early childhood, with 2,421 cases occurring only in the municipalities of Belém and Ananindeua, representing 60.98% of cases occurring across the state. The high number of notifications of cases of violence in these cities can be attributed to the greater population concentration in this area, as Belém is the capital of the state of Pará and Ananindeua is located in the metropolitan region of Belém and, therefore, concentrates a greater quantity and diversity of institutions and equipment in the service network, which is scarcer in other municipalities (Silva and Hage, 2017). Likewise, a study carried out in Belém do Pará, in the period from 2009 to 2011, highlighted sexual violence as the most reported among the types of violence analyzed, presenting the percentages of 40.5%; 44.3% and 41.8% in the referred years, respectively (Rocha *et al.*, 2017). The results of this study also showed that of the total notifications of sexual violence in early childhood, 2,750 of the cases were against girls (69.27%) and 1,220 against boys (30.73%) corroborating with several studies on the subject (Rocha *et al.*, 2017; Fonseca *et al.*, 2012; Apostolic *et al.*, 2012). The Epistemological Bulletin, edited by the Health Surveillance Secretariat of the Ministry of Health in 2018, also ratifies the data presented so that a study on sexual violence against

children and adolescents in Brazil in the years 2011 to 2017, showed that 43,034 (74,2%) of the victims of sexual violence were female and 14,996 (25.8%) male (Brasil, 2018). In a study carried out in 2009 in Curitiba, capital of the state of Paraná-Brazil, a study was carried out that characterized violence against children, in the period from 2004 to 2008. Among the registered cases of sexual violence, girls were victims in 81,2% of the total number of cases, revealing a strong relationship between this type of violence and issues related to gender determination, which is a key category for the analysis of violence against women and girls (Fonseca et al., 2012; Apostolic et al., 2012).

Table 3: Residues and Confidence Levels (in parentheses), Resulting from the Application of the Correspondence Analysis Technique to the variables: Gender of the Child from 0 to 6 years old Victim of Sexual Violence in the State of Pará and Age of the Victim; Victim's Age Group; Race / Color of the Victim; Place of the Fact; Type of Victim's Relationship with the Author and Gender of the Author, in the period from 2009 to 2018

Variable	Category	Victim's Sex	
		Female	Male
Child's Age	<1	1,22(77,94)*	-1,84(0,00)
	1	-0,65(0,00)	0,97(66,81)**
	2	-0,35(0,00)	0,52(39,73)
	3	1,92(94,55)*	-2,89(0,00)
	4	0,31(24,13)	-0,46(0,00)
	5	-0,50(0,00)	0,75(54,61)**
Race/Color	6	-0,96(0,00)	1,44(84,97)*
	Black-Brown	-0,85(0,00)	1,26(79,38)*
	White	1,90(94,31)*	-2,85(0,00)
	Indigenous	0,59(44,28)	-0,88(0,00)
	Yellow	0,72(52,69)**	-1,07(0,00)
Fact Location	Residence	2,11(96,50)*	-3,13(0,00)
	School	-2,35(0,00)	3,49(99,95)*
	Collective Housing	-1,32(0,00)	1,97(95,06)*
	Others ¹	-4,86(0,00)	7,22(100,00)*
	Acquaintances	0,48(36,54)	-0,71(0,00)
Relationship Type	Father	2,45(98,57)*	-3,68(0,00)
	Stepfather	4,86(100,00)*	-7,29(0,00)
	Mother	-7,33(0,00)	11,00(100,00)*
	Unknown	1,91(94,41)*	-2,87(0,00)
	FatherandMother	-3,56(0,00)	5,34(100,00)*
	Brother	0,21(16,34)	-0,31(0,00)
	Motherand	-1,00(0,00)	1,51(86,86)*
	Stepfather		
	Others	-0,52(0,00)	0,78(56,37)**
	Sex of the aggressor	Male	3,27(99,89)*
	Female	-5,90(0,00)	8,86(100,00)*
	Ambos	-3,01(0,00)	4,52(100,00)*

Nota: **Moderately significant probabilities because $50\% \leq \gamma \times 100 \leq 70\%$.

*Strongly significant probabilities because $\gamma \times 100 \geq 70\%$.

¹ Others (Virtual Environment; Boat; Guardianship Council; Day Care; Inside the Car; Farm; Hospital; Igarape; Church; Forest; Motel; Nanny's Residence; Mother's Residence; Residence of a relative (Uncle, Brother), Grandfather (O), Cousin (a)); Residence of the Father; Residence of the Neighbor (a); Residence of the Friend (a); Site and etc.).

Source: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Adapted by the authors.

Thus, there are cultural characteristics of a patriarchal society, in which they contribute to the gender issue in victims of sexual violence, since sexual violence against female children is closely linked to gender violence, in which women are seen as a sexual object and in a position of inequality in relation to men, also contributing to make children and adolescents more vulnerable in this context, when considering sexual violence, as this type of violence occurs since childhood, in which adults figure as dominators and children as dominated, in a hierarchy that begins with the head of the family and ends with the most fragile of their children, usually daughters (Rocha et al., 2017; Duarte and Arboleda, 1997; Oliveira, 2006; Saffioti, 2004). Furthermore, discussing gender to explain and understand violence against women and children is to work with the recognition that, in the hierarchy of powers present in society, women and children have always occupied inferior and disadvantaged social positions, suffering social injustice, due to the historically constructed and naturalized inequalities (Egry et al., 2013). Regarding the victim's color / race variable, black-brown was predominant with 58.64% of

the total registered cases of violence against boys and girls in Pará. However, considering that the majority of the population in the state of Pará declares itself black / brown (IBGE, 2010), most victims are expected to be of that color / race, but specific studies need to be analyzed in order to explore the topic with greater conviction. The victim's residence presented itself as the place of greatest notification of sexual violence in early childhood, representing 87.39% in relation to the other places where sexual violence occurred, of which 61.74% occurred against girls and 25.65% against boys. A similar study carried out in Minas Gerais in 2016 dealt with sexual violence against children and adolescents, where it concluded that sexual violence mainly affects women and children, with the first being affected on public roads and children in the home with a known aggressor (Kataguirí, Given these data, it is important to discuss the residence as a home space, which should be safe and harmonious for the child, but contradictorily presents itself as a place where violence can be practiced silently over the years, years by relatives and acquaintances of the victims (Marques, et al., 2008; Pelisoli et al., 2010).

Continuing on this theme, according to data from the Epidemiological Bulletin of the Health Surveillance Secretariat of the Ministry of Health (2020), more than 60% of complaints of violations of rights occur at home and at school, which are spaces where they should be of protection for the children. Considering that the family nucleus is permeated by unequal power relations, one can consider the child's residence as a determinant of violence, so that, when talking about violence against children, one is talking about a phenomenon determined by unequal relations of generation related to submission and domination, since childhood (Fonseca et al., 2012). In addition, sexual violence practiced in nearby locations, such as the neighborhood or the home of relatives, is most often not reported. Such violence leaves "affective wounds" in the child that are not healed, since the act is performed by someone the child trusts (Romero and Capitão, 2007, p. 157). Regarding the record of the type of relationship between the aggressor and the victim, the victim's acquaintance had the highest record, corresponding to 1,319 reported cases, of which 23.15% were for girls and 9.97% were for boys. It is also important to note that the father of the girl victim appears as the second most notified, but in relation to the boy victim the mother appears as the second most notified. The known of the victim as the greatest aggressor reveals that there is an easiness in approaching the victims through the relationship of trust acquired by him, who uses this condition to approach and thus trigger the process of violence, and this approach is often performed seductively or with the use of physical force (Veloso, 2015). Not only in Brazil, but in the world, there is not a recent concern with the figure of the aggressor who is known to the victim. To illustrate this, it is important to recall the case of Megan Kanka, a 7-year-old girl who was raped and murdered by her neighbor on July 29, 1994, in a city in the state of New Jersey (USA). The crime had great national repercussion and there were several reports of cases of child sexual violence in the country that triggered the creation of a foundation for the prevention of sexual crimes against children and, consequently, the Megan Law. The main issue discussed to draft the law was the fact that the child was raped and killed by an acquaintance of the family who went to live in front of the child's home without the family knowing, causing panic in the community (Rodrigues, 2017). In this context, the child takes a submissive position and is unable to fully understand the real nature of this relationship in the context of so many others that he maintains with his parents and / or caregivers. In turn, the abuser uses the dominated person's trust and dependence in order to seize his sexuality (Penso et al., 2009).

In general, the perpetrators of violence are those who should protect them or who have a close relationship with the victims: fathers, mothers, stepfathers and other family members, but according to data from the Epidemiological Bulletin of the Health Surveillance Secretariat of the Ministry of Health, Health in July 2020, more than 60% of complaints of violation of rights occur at home and at school, spaces that should be places of protection (Brasil, 2020). With regard to the sex of the perpetrator of violence against children in early childhood, 3,039 cases were recorded in which the aggressor was

male, 528 cases of female aggressor and 212 cases of aggressors of both sexes, both against boys as against girls. However, of these registered cases, 58.11% were male aggressors against girls victims and 22.31% in relation to boys. A similar study pointed to the same reality, as in 98.78% of the cases, the aggressors were male, and 1.22% were female. In this sense, the prevalence of males over females among sexual aggressors is related to the stereotypes created in relation to female sexuality (Sanderson, 2005). On the subject, in the most diverse cultures, women, since girls, are educated to respond to the needs of men and not to their own. In addition, the belief prevails that men have strong sexual needs and cannot control themselves, and should be satisfied by women (Penso *et al.*, 2009).

CONCLUSION

This study presented the characteristics of cases of sexual violence against children in the early childhood stage, which occurred from January 2009 to July 2018 in the state of Pará-Brazil. From the results, it can be inferred that there are many common variables that reveal that sexual violence has similarities, regardless of where it occurs. As can be seen in the results section, there are many common aspects found in the different articles, such as: the age and sex of the victim, the relationship with the alleged perpetrator of the violence. In view of the results, it was observed that in the analyzed period 3,970 cases of sexual violence against children aged zero to six years occurred in Pará, 69.27% of the cases against girls and 30.73% against boys. The black-brown race stood out among boys and girls, representing 58.64% of the total registered cases. The residence represented the place of highest notification of sexual violence in early childhood, representing 3,339 of the total of reported cases, of which 61.74% occurred against girls and 25.65% against boys. The victim's acquaintance had the highest record, corresponding to 1,319 reported cases, of which 23.15% in relation to girls and 9.97% in relation to boys. 3,039 cases were recorded in which the aggressor was male, both against boys and against girls, however 58.11% was against girls victims and 22.31% against boys. By correspondence analysis, it was observed that there is a relationship of victimization of female children aged <1 year and 3 years; of races / white color; location of the fact of residence; the aggressors being the father, the stepfather and the unknown, with the author of male violence. The victimization of male children, on the other hand, is related to the victims' ages of 1, 5 and 6 years; race / black-brown color; at school, collective housing and others; the aggressors being mother, father and mother, mother and stepfather and others; with the perpetrator of violence of the female sex or of both sexes. The results pointed to the predominance of sexual violence against girls, and it was possible to verify that in all the variables analyzed, the rates were higher, revealing the influence of the gender issue since the child's first years of life. Despite the limitations of the study, due to its descriptive and exploratory nature, as well as the underreporting of this type of injury, the study of the theme of sexual violence in early childhood made it possible to understand how this social problem is present in the lives of many children, mainly girls. Thus, it is essential to create support, protection and promotion networks to prevent sexual violence against children involving various areas such as public security, law and health. It is noteworthy that this theme is quite complex and reveals the suffering of those who experience this type of violence, especially children in early childhood. Thus, this intellectual effort is necessary in order to contribute to scientific research on the topic in the state of Pará. Therefore, in addition to this study, a qualitative research on the perception of professionals who work directly is necessary with children in early childhood in order to analyze the speech and experience of these subjects with the theme.

REFERENCES

Apostólico MR, Nóbrega CR, Guedes RN, Fonseca RMGS, Egry EY (2012). Características da violência contra a criança em uma capital brasileira. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*. 20(2):[08 telas].

Brasil (2010). Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde: MS. Brasília-DF.

Brasil (2013). Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH). Secretaria de Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Plano nacional de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes: MDH. Brasília-DF.

Brasil (2016). Lei nº 13.257, de 08 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. Brasília-DF.

Bussab WO, Morettin PA (2017). Estatística Básica. 9. ed., Saraiva.

Duarte JC, Arboleda M (1997). Malos Tratos Y Abuso Sexual Infantil: Causas, consecuencias e intervenció. Madrid: Siglo XXI de España.

Egry EY, Fonseca RMGS, Oliveira MAC (2013). Ciência, Saúde Coletiva e enfermagem: destacando as categorias gênero e geração na episteme da práxis. *Rev Bras Enferm*. 66:119-33

Fávero LPL, Belfiore PP, Silva FL, Chan BL (2009). Análise dos Dados: modelagem multivariada para tomada de decisões: Elsevier.

Felitti VJ, Anda RF, Nordenberg D, Williamson DF, Spitz AM, Edwards V, Koss MP, Marks JS (2019). Relationship of Childhood Abuse and Household Dysfunction to Many of the Leading Causes of Death in Adults: The Adverse Childhood Experiences (ACE) Study. *American Journal of Preventive Medicine*. 56: 774-786.

Fonseca RMGS, Egry EY, Nóbrega CR, Apostólico MR, Oliveira RNG (2012). Reincidência da violência contra crianças no Município de Curitiba: um olhar de gênero. *Acta Paul Enferm*. 25: 895-901.

Fredrickson R (2019). Trauma-Informed Care for Infant and Early Childhood Abuse. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*. 28: 389-406.

Gadella G (2017). Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: Os Desafios para sua Operacionalização. In: Oliveira A (org.). *Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: Cenários amazônicos, rede de proteção e responsabilidade empresarial*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

Lowenkron I (2014). A emergência da pedofilia no final do século XX: deslocamentos históricos no emaranhado da "violência sexual" e seus atores. *Revista Contemporânea*, pp 231-255.

Marques HVM, Amparo DM, Faleiros VP (2008). O vínculo Transgeracional e o Teste de Rorschach de um abusador sexual. In: Penso M, Costa L. *A transmissão geracional em diferentes contextos: da pesquisa à intervenção*: Summus.

Oliveira VLA (2006). A violência doméstica contra crianças e adolescentes no município de Curitiba [Dissertação]: Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública. Universidade de São Paulo (USP).

Pelisoli C, Pires JPM, Almeida ME, Dell'Aglio DD (2010). Violência sexual contra crianças e adolescentes: dados de um serviço de referência. *Temas em Psicologia*. 18: 85-97.

Penso MA, Costa LF, Almeida TMC, Ribeiro MA (2009). Abuso sexual intrafamiliar na perspectiva das relações conjugais e familiares. *Aletheia*. 30: 142-157.

Ramos EMLS, Almeida SS, Aratijo AR (2008). *Segurança Pública: Uma abordagem Estatística e Computacional*. Belém: Editora Universitária EDUFPA.

Rocha CJB, Corrêa LS, Cavalcante LIC, Magalhães CMC (2017). Perfil de Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional: Dados sobre a Violência Sexual em Quatro Regiões do Estado do Pará. In Oliveira AC (org.). *Violência Sexual contra Crianças e adolescentes – Cenários Amazônicos, Rede de Proteção e Responsabilidade Empresarial*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

Rodrigues, H (2017). A construção médico-legal da violência sexual infantil nos EUA: Teorias, práticas e estratégias de controle. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*.

- Romaro RA, Capitão CG. As faces da violência: aproximações, pesquisas, reflexões. São Paulo: Vetor, 2007.
- Saffioti HIB (2004). Gênero, patriarcado, violência: Fundação Perseu Abramo.
- Sanchez RN, Minayo MCS (2006). Violência contra Crianças e Adolescentes: Questão Histórica, Social e de Saúde. In: Lima C. Violência faz mal à saúde: MS, pp 29-38.
- Silva LI, Hage S (2017). Violência e Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: Desafios para a Atuação da Rede de Proteção aos Direitos Humanos na Amazônia. In Oliveira, A. C. (org). Violência Sexual contra Crianças e adolescentes – Cenários Amazônicos, Rede de Proteção e Responsabilidade Empresarial. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA». Tabela 2094 - População residente por cor ou raça e religião. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2010. Consultado em 26/01/2021. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2094#n1/all/n2/all/n3/all/v/1000093/p/last%201/c86/allxt/c133/0/d/v1000093%201/l/v.p+c86,t+c133/resultado>.
- Souza LRP (2017). Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes como Violação dos Direitos Humanos: Construções Históricas e Conceituais. In Oliveira, A. C. (org). Violência Sexual contra Crianças e adolescentes – Cenários Amazônicos, Rede de Proteção e Responsabilidade Empresarial. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- Walker SP, Wachs TD, Grantham-McGregor S, Black MM, Nelson CA, Huffman SL, Baker-Henningham L, Chang SM, Hamadani JD, Lozoff B, Gardner JMM, Powell CA, Rahman A, Richter R (2011). Inequality in early childhood: risk and protective factors for early child development. *The Lancet*. 378: 1325–1338.

CAPÍTULO 3 – PRODUTOS E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

3.1 Produto: Infográfico com os dados da violência contra crianças na primeira infância notificados no período de 2009 a 2019 no estado do Pará

A escolha pelo infográfico está relacionada às características deste recurso, pois visam basicamente simplificar assuntos, apresentam informações por meio da união de elementos gráficos e textuais, sintetizando o conteúdo de forma didática ao público alvo, bem como pela efetividade deste instrumento, visto que o conteúdo pode ser veiculado em diversos meios como: panfletos, cartazes, banners, mídias sociais etc. e disponibilizado em locais de atendimento direto a crianças na fase da primeira infância. O conteúdo do infográfico apresentado é a caracterização dos dados da violência contra crianças na primeira infância averiguados no primeiro estudo desta dissertação a fim de permitir a visibilidade dos resultados desta pesquisa.

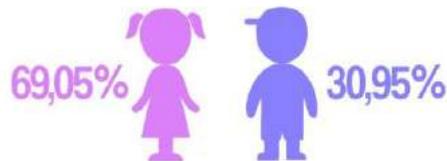


RESULTADOS

No período analisado, houve 5.140 casos de violência contra crianças na primeira infância ocorridos no Pará. Destes, 2.341 casos ocorreram na capital do estado (Belém), que representa 45,54% do total de casos ocorridos em todo o estado.



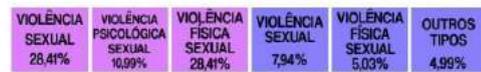
Em relação ao SEXO DA VÍTIMA, a vitimização de meninas supera em grande parte a violência contra meninos em relação ao total de casos analisados.



O TIPO DE VIOLÊNCIA que se destaca é a violência sexual (36,35%), seguido da violência psicológica-sexual (14,85%) e da violência física-psicológica-sexual (14,19%). Destes, a violência sexual contra meninas é predominante em 28,41%, em relação a violência contra meninos (7,94%).



Entre as meninas, a VIOLÊNCIA SEXUAL corresponde 28,41% dos casos, seguido da violência psicológica-sexual com 10,99% e da violência física-psicológica-sexual com 10,66% dos casos. Entre os meninos, a violência sexual corresponde 7,94% dos casos, seguido da violência física com 5,03% e de outros tipos de violência com 4,99% dos casos.



Em relação à IDADE DA VÍTIMA, as meninas na idade de 5 anos sofrem mais violência na primeira infância (12,90%), seguido da idade de 6 anos com 12,55% e da idade de 4 anos com 11,38%. Já os meninos são mais vitimados na idade de 6 anos (5,84%), seguido da idade de 5 anos com 5,76% dos casos e da idade de 4 anos com 5,00% dos casos.



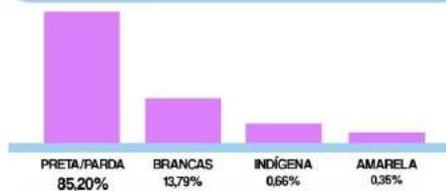
A violência ocorre predominantemente na RESIDÊNCIA das crianças, seguido da ESCOLA e HABITAÇÃO COLETIVA.



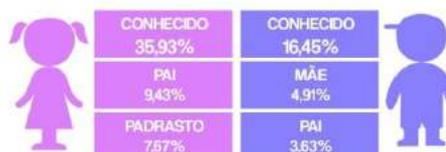
O AUTOR DA VIOLÊNCIA contra meninos e meninas é predominantemente do sexo masculino (77,7%), seguido do sexo feminino com 15,83% e de ambos os sexos com 6,47% dos casos. Dentre estes, a violência de agressores masculinos contra meninas representa 56,23% dos casos, 8,84% são de agressoras mulheres e 3,72% de agressores de ambos os sexos. No caso dos agressores de meninos, 21,47% são do sexo masculino, 6,99% são do sexo feminino e 2,75% são de ambos os sexos.



A COR preta/parda predomina tanto em relação às vítimas do sexo masculino quanto do sexo feminino (85,20%), seguido da cor branca com 13,79%, indígena com 0,66%, amarela com 0,35% dos casos.



O CONHECIDO da vítima representa o maior AGRESSOR (52,38%) da violência contra meninos e meninas na primeira infância. Entre as meninas, o conhecido da vítima representa 35,93% dos casos, seguido do pai com 9,43% e do padrasto com 7,57% dos casos. Entre os meninos, o conhecido da vítima representa 16,45% dos casos, seguido da mãe com 4,91% e do pai com 3,63% dos casos.



ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA

Esta técnica estatística é utilizada para verificar associações ou similaridades entre variáveis qualitativas ou variáveis contínuas categorizadas.

(Fávero et al., 2009)

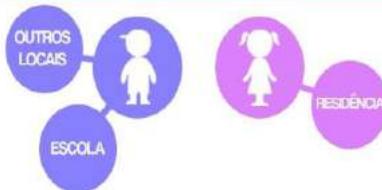
Crianças do SEXO MASCULINO estão associadas predominantemente às violências do tipo FÍSICA combinadas com outros tipos de violência, bem como, às combinações das violências física com psicológica e física com psicológica e outras. Crianças do SEXO FEMININO estão associadas predominantemente à violência do tipo SEXUAL e, também, às combinações das violências física com violência sexual, violência psicológica com violência sexual e física, com psicológica e sexual ao mesmo tempo.

Crianças do SEXO MASCULINO estão associadas à vitimização cometida pela MÃE e juntos PAI E MÃE, já crianças do SEXO FEMININO estão associadas à vitimização cometida pelo PAI, pelo PADRASTO e por DESCONHECIDO.



Crianças do SEXO MASCULINO estão associadas à vitimização em ESCOLAS e a outros locais, já crianças do SEXO FEMININO estão associadas a vitimização em RESIDÊNCIA.

Crianças do SEXO MASCULINO estão associadas à vitimização cometida por AUTORES DO SEXO FEMININO e de AMBOS OS SEXOS, já crianças do SEXO FEMININO estão associadas à vitimização cometida por AUTORES DO SEXO MASCULINO.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.257, de 08 de março de 2016: Marco Legal da Primeira Infância. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância, 2013.

_____. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH). Secretaria de Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Plano nacional de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes. Brasília: MDH, 2013.

FÁVERO, L. P. L.; BELFIORE, P. P.; SILVA, F. L. da; CHAN, B. L. Análise dos Dados: modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

MINAYO, M. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. Rev Bras Saúde Mater Infante, v. 1, n. 3, p105-12, 2001.

PORTO, P. Anotações preliminares à Lei 11.340/2006 e sua repercussão em face dos Juizados Especiais Criminais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

EQUIPE DE PESQUISADORES:

Jocilene Costa Vanzeler
Fernando Augusto Ramos Pontes
Mylene Maria Xavier Voloso
Edson Marcos Leal Soares Ramos

FONTE DE DADOS:

Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN)

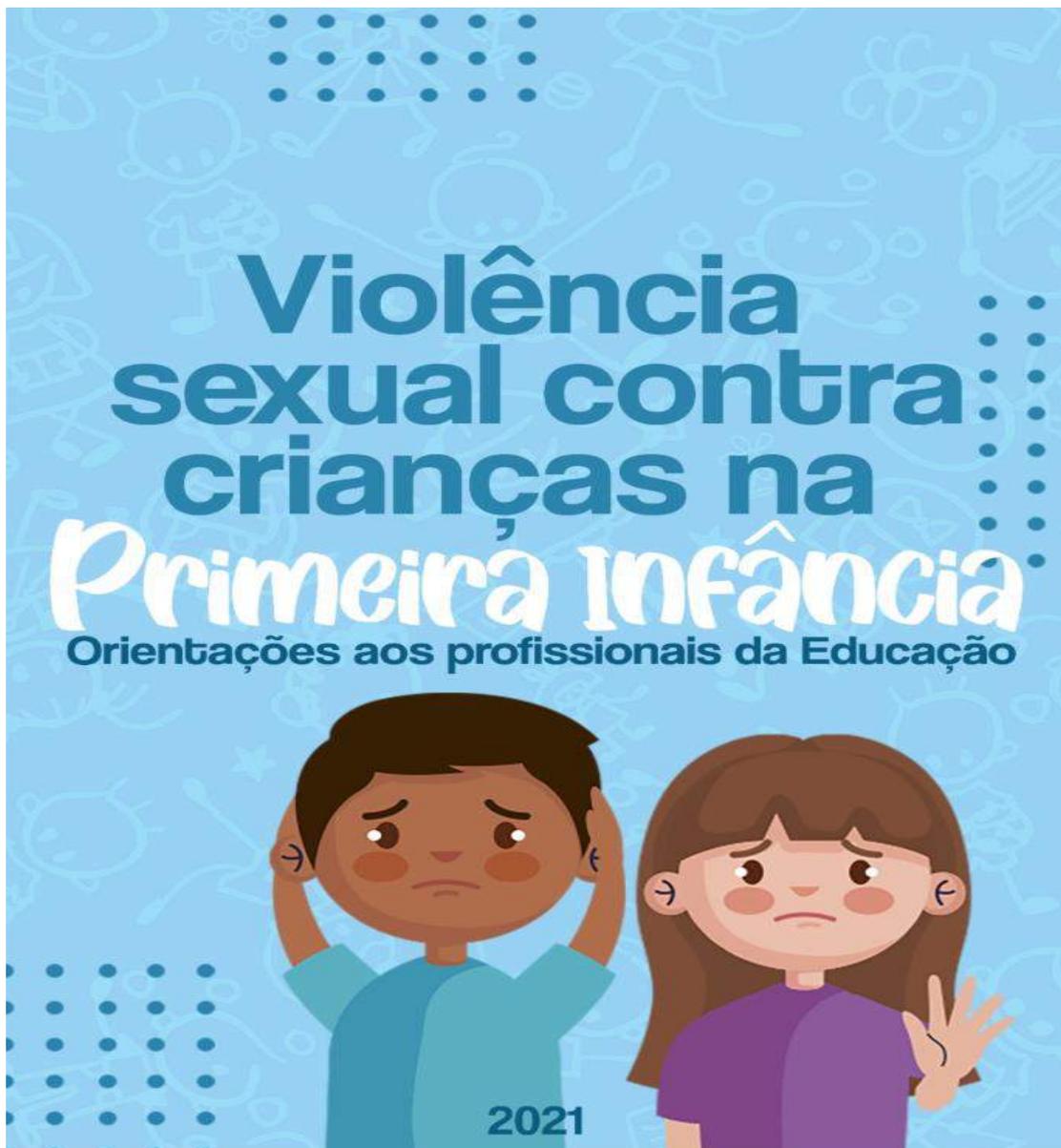
REALIZAÇÃO:



PPGSP

3.2 Produto 2: Cartilha com a definição e características da violência sexual contra crianças na primeira infância, legislação criminal e maneiras de identificar o abuso sexual

A cartilha é um recurso de grande relevância como produto de qualquer pesquisa porque fornece informações a respeito dos resultados com finalidade educativa ao público alvo, bem como serve de material de estudo e facilita a aprendizagem devido a linguagem de fácil assimilação. O conteúdo da cartilha apresentada é a definição e as características da violência sexual contra crianças na primeira infância, instruções sobre os crimes cometidos contra crianças e adolescentes e previstos na legislação penal brasileira, bem como maneiras de identificar sinais e sintomas de violência sexual a fim de contribuir com políticas de prevenção direcionadas a esses sujeitos.



Ficha técnica

REALIZAÇÃO

Universidade Federal do Pará
 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
 Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública
 Resolução N° 4.800, de 27/04/2016

SUPERVISÃO

Edson Marcos Leal Soares Ramos - ramosedson@gmail.com
 Fernando Augusto Ramos Pontes - farp1304@gmail.com
 Milene Maria Xavier Veloso - mileneveloso@hotmail.com

ROTEIRO E ELABORAÇÃO DE TEXTO

Jocilene Costa Vanzeler - joci.costavanzeler@gmail.com

EDIÇÃO DE ARTE

Arthur Benner - arthurbenner04@gmail.com

COMO REFERENCIAR ESTA OBRA

VANZELER, Jocilene Costa; PONTES, Fernando Augusto Ramos; VELOSO, Milene Maria Xavier; RAMOS, Edson Marcos Leal Soares. Violência Sexual contra crianças na primeira infância: Orientações aos Profissionais da Educação. Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, 2021.

AGRADECIMENTOS

Somos gratos ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Federal do Pará (UFPA), à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



Sumário

1. APRESENTAÇÃO.....	04
2. A PRIMEIRA INFÂNCIA E AS CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA NESTA FASE.....	05
3. VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS.....	06
4. DADOS DA VIOLÊNCIA SEXUAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA NO PARÁ.....	07
5. CRIMES SEXUAIS CONTRA CRIANÇAS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.....	08
6. MANEIRAS DE IDENTIFICAR SINAIS DE ABUSO SEXUAL INFANTIL.....	09
7. PASSO A PASSO AO IDENTIFICAR SINAIS DE ABUSO SEXUAL INFANTIL.....	10
REFERÊNCIAS.....	11

1. Apresentação

Esse material é produto de minha dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará, cujo tema foi a Violência na Primeira Infância: uma análise da vitimização de meninos e meninas no estado do Pará.

O objetivo desta cartilha é divulgar informação sobre a violência sexual na primeira infância para profissionais da educação, em especial para os que atuam diretamente com crianças de zero a seis anos de idade, a fim de sensibilizar os profissionais para prevenção, identificação e intervenção em casos de suspeita de abuso sexual infantil.

Jocilene Vanzelen

Mestre em Segurança Pública

Servidora Pública

Pedagoga

Advogada

2. A primeira infância e as consequências da violência nesta fase

Os primeiros seis anos de vida da criança correspondem à fase denominada de primeira infância, é quando o indivíduo se desenvolve de forma física e mental (BRASIL, 2016; WALKER et al., 2011).

Nesse período há maior vulnerabilidade no que concerne aos impactos relativos à violência, o que pode repercutir em um aumento na chance de ocorrência de problemas posteriores, tanto físicos quanto psíquicos podendo incluir doenças transmissíveis e não transmissíveis, danos psicológicos, comportamentos de risco, deficiência de desempenho educacional ou ocupacional e envolvimento em crimes (SANCHEZ et al., 2006).

As consequências da violência atingem de forma imediata a criança, ocasionando danos físicos e psicológicos, e vão além da esfera individual da criança, pois afeta em longo prazo a saúde pública e os custos econômicos comprometendo os investimentos em educação, saúde e bem-estar da criança, e reduzindo a capacidade produtiva desses sujeitos ao atingirem a idade adulta (OMS, 2016).



3. Violência Sexual contra crianças

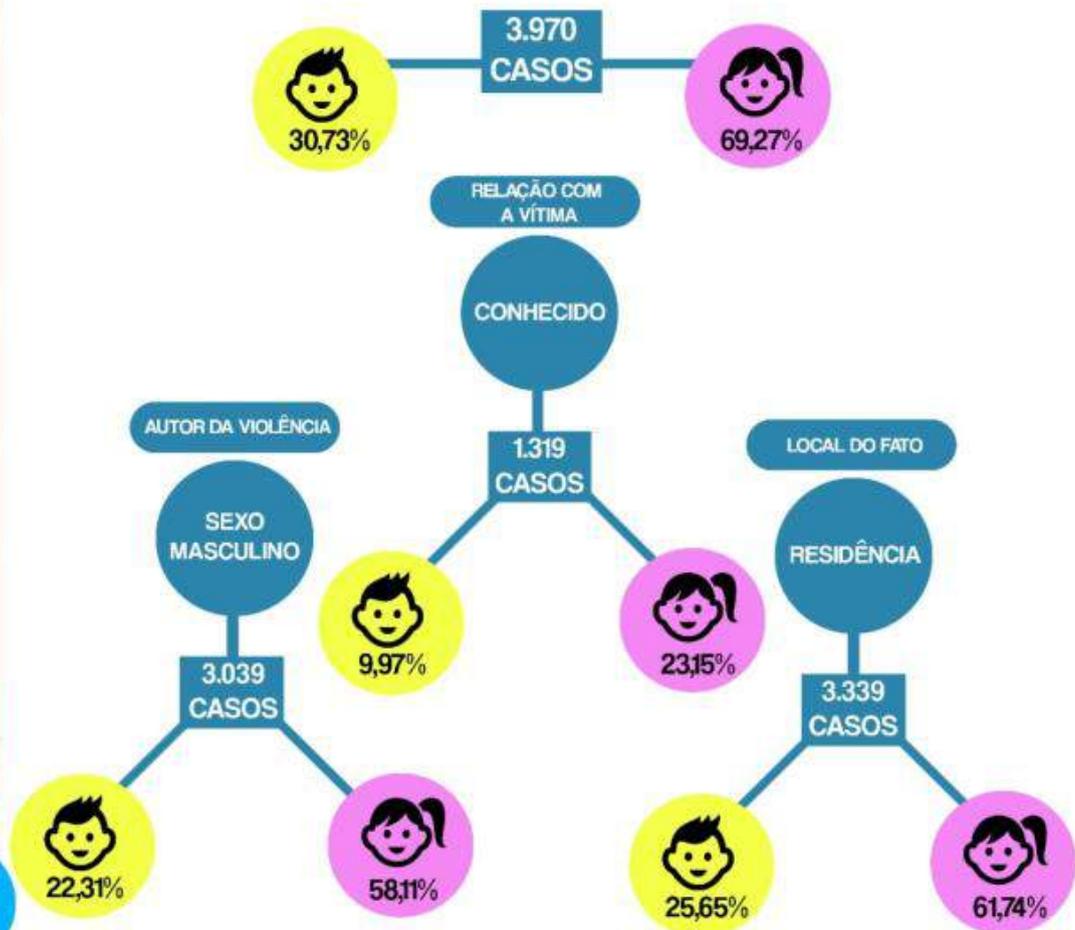
A violência sexual é definida como todo ato, de qualquer natureza, atentatório ao desenvolvimento sexual da criança e do adolescente, praticado por agente em situação de poder e de desenvolvimento sexual desigual, segundo definição estabelecida pelo plano nacional de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes (BRASIL, 2013).

Esse tipo de violência abrange uma variedade de comportamentos e atitudes caracterizadas como crime, tais quais: estupro, incesto, assédio sexual, exploração sexual, pornografia, pedofilia, manipulação de genitália, mamas e ânus, até o ato sexual com penetração, imposição de intimidades, exibicionismo, jogos sexuais e práticas eróticas não consentidas e impostas e “voyeurismo” (obtenção de prazer sexual por meio da observação), dentre outras (BRASIL, 2010).



4. Dados da Violência Sexual na Primeira Infância no Pará

Os resultados a seguir são de notificações de casos de violência sexual contra crianças na faixa etária de zero a seis anos de idade no estado do Pará, notificados por profissionais de saúde e registrados no banco de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação no período de 2009 a 2018.



5. Crimes Sexuais contra crianças previstos na legislação brasileira

CÓDIGO PENAL

Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o fato não constitui crime mais grave.

Corrupção de menores

Pena: Reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

Estupro de vulnerável

Pena: reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.

Pena: Reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos.

Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente

Pena: Reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.



6. Maneiras de identificar sinais de abuso sexual infantil

A Childhood Brasil divulgou 10 dicas para identificar possíveis sinais de abuso sexual infantil. Todavia, é importante entender que geralmente as vítimas apresentam um conjunto de indicadores e que a criança deve passar por avaliação especializada caso apresente alguns desses sinais.

1. Mudanças de comportamento

Alterações de humor entre retraimento e extroversão, agressividade repentina, vergonha excessiva, medo ou pânico.

2. Proximidades excessivas

O abusador muitas vezes manipula emocionalmente a criança, que não percebe estar sendo vítima.

3. Comportamentos infantis repentinos

Comportamentos infantis, os quais já abandonou anteriormente, é um indicativo de que algo esteja errado.

4. Silêncio predominante

Para manter a vítima em silêncio, o abusador costuma fazer ameaças de violência física e mental, além de chantagens.

5. Mudanças de hábito súbitas

Alterações do sono, falta de concentração, aparência descuidada, entre outros, são indicativos de que algo está errado.

6. Comportamentos sexuais

Interesse por questões sexuais ou que façam brincadeiras de cunho sexual e usam palavras ou desenhos que se referem às partes íntimas podem estar indicando uma situação de abuso.

7. Traumatismos físicos

Os vestígios mais óbvios de violência sexual em menores de idade são questões físicas como marcas de agressão, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez.

8. Enfermidades psicossomáticas

Dor de cabeça, erupções na pele, vômitos e dificuldades digestivas, podem ter fundo psicológico e emocional.

9. Negligência

Uma criança que passa horas sem supervisão ou que não tem o apoio emocional da família estará em situação de maior vulnerabilidade.

10. Frequência escolar

Observar queda injustificada na frequência escolar ou baixo rendimento causado por dificuldade de concentração e aprendizagem.



7. Passo a passo ao identificar sinais de abuso sexual infantil

O Ministério da saúde implementou em 2010 a Linha de Cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências com o objetivo de estimular o desenvolvimento de ações de prevenção de violências contra crianças e adolescentes. Esse documento ilustra o passo a passo da linha de cuidado, que compreende as seguintes dimensões: acolhimento, atendimento, notificação e seguimento para a rede de cuidados e de proteção social. Aqui faremos um recorte para direcionamento aos profissionais da educação:

1) Acolhimento

- Receber crianças, adolescentes e famílias de forma empática e respeitosa, por qualquer membro da equipe.
- Acompanhar o caso e proceder aos encaminhamentos necessários.
- Adotar atitudes positivas e de proteção à criança ou ao adolescente.
- Atuar de forma conjunta com toda a equipe.

2) Notificação

- Preencher a ficha de notificação.
- Comunicar o caso ao Conselho Tutelar, da forma mais ágil possível (telefone ou pessoalmente ou com uma via da ficha de notificação).
- Acionar o Ministério Público quando necessário, especialmente no caso de interrupção de gravidez em decorrência de violência sexual.

3) Seguimento na rede de cuidado e de proteção social

- Acompanhar a criança ou adolescente e sua família.
- Acionar a rede de cuidado e de proteção social, existente no território, de acordo com a necessidade de cuidados e de proteção, tanto na própria rede de saúde (atenção primária/ Equipes de Saúde da Família, Hospitais, Unidades de Urgências, Caps ou Capsi, CTA, SAE), quanto na rede de proteção social e defesa (Cras, Creas, Escolas, Ministério Público, Conselho Tutelar e as Varas da Infância e da Juventude, entre outros).

● CAPS: Centros de Atenção Psicossocial.

● CAPSi: Centro de Atenção Psicossocial Infantil.

● CTA: Centro de Testagem e Aconselhamento.

● SAE: Serviço de Atenção Especializada.

● CRAS: Centro de Referência de Assistência Social.

● CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

Referências

1. CHILDHOOD. 10 maneiras de identificar possíveis sinais de abuso sexual infanto-juvenil. Disponível em: <https://www.childhood.org.br/10-maneiras-de-identificar-possiveis-sinais-de-abuso-sexual-infanto-juvenil>
2. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/del2848compilado.htm
3. _____. Código Penal Brasileiro (1940). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-ei/del2848compilado.htm
4. _____. Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
5. _____. Lei nº 13.257, de 08 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm
6. _____. Ministério da Saúde. Linha de Cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências. Brasília-DF, 2010. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_crianças_fmílias_violencias.pdf
7. Organização Mundial de Saúde (OMS). INSPIRE: seven strategies for ending violence against children. Tradução em português: B&C Textos. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da Universidade de São Paulo (USP), 2016.
8. SANCHEZ, R. N.; MINAYO, M. C. S. Violência contra Crianças e Adolescentes: Questão Histórica, Social e de Saúde. In: Lima C. Violência faz mal à saúde: MS, 2006, p. 29-38.
9. SOUZA, L. R. P. Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes como Violação dos Direitos Humanos: Construções Históricas e Conceituais. In Oliveira, A. C. (org). Violência Sexual contra Crianças e adolescentes – Cenários Amazônicos, Rede de Proteção e Responsabilidade Empresarial. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.
10. WALKER, S. P.; WACHS, T. D.; GRANTHAM-MC-GREGOR, S.; BLACK, M. M.; NELSON, C. A.; HUFFMAN, S. L., ... RICHTER, L. (2011). Inequality in early childhood: risk and protective factors for early child development. *The Lancet*, 378(9799), 1325-1338. doi:10.1016/s0140-6736(11)60555-21



PPGSP

**Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH
Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública - PPGSP
Rua Augusto Corrêa, 01 - Guamá. CEP: 66075-110. Belém-Pará-Brasil
+55 (91) 3201-7798**

ISBN: 978-65-00-19970-3

3.3. Propostas de intervenção

1) Promover estratégias que estimulem o trabalho conjunto de profissionais da saúde e da educação com as famílias, reforçando a importância dos fatores de proteção e alerta sobre as vulnerabilidades e os riscos da violência contra crianças na primeira infância.

Objetivo: Enriquecer os recursos de comunicação das famílias com profissionais da saúde e da educação no combate à violência contra crianças.

Quem pode executar a proposta: Secretarias de Saúde e de Educação do estado do Pará.

Resultados esperados: Contribuir para o rompimento do ciclo de violência que, muitas vezes, instala-se na própria dinâmica dos relacionamentos familiares.

2) Realizar cursos integrados com as secretarias municipais e estaduais de saúde e educação do Estado do Pará e da Política de Assistência Social que atuem diretamente com crianças para prevenção da violência sexual.

Objetivo: Capacitar agentes e compartilhar informações, visando o repasse de informações sobre desenvolvimento infantil e a prevenção da violência sexual contra crianças na primeira infância.

Quem pode executar a proposta: Secretarias de Saúde e de Educação do estado do Pará.

Resultados esperados: Desenvolvimento de estratégias e propostas de educação permanente para prevenção da violência sexual contra crianças na primeira infância

3) Criar um instrutivo de notificação de violência para profissionais da educação a fim de subsidiar esses profissionais no combate a violência contra crianças.

Objetivo: contribuir para a qualificação da notificação e, conseqüentemente, das informações destinadas a subsidiar o planejamento, o monitoramento, a avaliação e a execução de políticas públicas integradas e intersetoriais.

Quem pode executar a proposta: Ministério da Educação em conjunto com o Ministério da Saúde.

Resultados esperados: Redução de subnotificações das violências praticadas contra crianças.

4) Instituir mecanismos de orientações aos profissionais de educação para auxiliar na identificação de sinais e sintomas de violências contra crianças, articulados com a rede de cuidado e de proteção social existente no âmbito da Saúde.

Objetivo: contribuir com a notificação eficiente do profissional da educação ao se deparar com

casos suspeitos de violência contra crianças.

Quem pode executar a proposta: Ministério da Educação em conjunto com o Ministério da Saúde.

Resultados esperados: Maior segurança na execução do processo de notificação realizado por profissionais da educação.

CAPÍTULO 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Os resultados deste estudo demonstraram que os avanços em torno das políticas de proteção e prevenção à violência contra crianças, o cenário ainda é desfavorável considerando o grande número de casos registrados.

Conforme observado nos resultados do primeiro estudo, infere-se que no estado do Pará a vitimização do sexo feminino supera em grande parte a do sexo masculino, crianças do sexo feminino na idade de 5 anos sofrem mais violência na primeira infância e crianças do sexo masculino são mais vitimadas na idade de 6 anos, a cor preta/parda predominam tanto em relação às vítimas do sexo masculino quanto do sexo feminino. A violência ocorre predominantemente na residência das crianças. O tipo de violência que se destaca é a violência sexual, seguido da violência psicológica-sexual e da violência física-psicológica-sexual. O conhecido da vítima representa o maior agressor, seguido do pai em relação às vítimas do sexo feminino e da mãe em relação às vítimas do sexo masculino. O autor da violência é predominantemente do sexo masculino em relação a vítima do sexo feminino é predominante também em relação a vítima do sexo masculino. Observou-se, pela análise de correspondência, algumas peculiaridades entre as quais de que as crianças do sexo masculino estão associadas a vitimização em escolas e em outros locais, já crianças do sexo feminino estão associadas a vitimização em residência. Além disso, as crianças do sexo masculino estão associadas às violências do tipo física e outros tipos de violência e, também, as combinações das violências física-psicológica; física-outras e física-psicológica-outras, enquanto que as crianças do sexo feminino estão associadas à violência do tipo sexual e, também, as combinações das violências física-sexual; psicológica-sexual e física-psicológica-sexual. As crianças do sexo masculino estão associadas à vitimização cometida pela mãe e pai e mãe, já crianças do sexo feminino estão associadas à vitimização cometida pelo pai, pelo padrasto e por desconhecido. As crianças do sexo masculino estão associadas à vitimização cometida por autores do sexo feminino e de ambos os sexos, já crianças do sexo feminino estão associadas à vitimização

cometida por autores do sexo masculino.

De modo geral, observou-se que o ponto considerado de maior relevância nesta pesquisa que é a predominância da violência sexual relacionado ao fato da vítima ser do sexo feminino, motivando a produção do segundo estudo a caracterização da violência sexual contra crianças na primeira infância.

Com relação aos resultados do segundo estudo, observou-se que 69,27% dos casos foram praticados contra meninas e 30,73% contra meninos. A cor preta-parda se destacou entre meninos e meninas, representando 58,64% do total de casos registrados. A residência representou o local de maior notificação de violência sexual na primeira infância, representando 3.339 do total de casos notificados, destes 61,74% ocorreram contra meninas e 25,65% contra meninos. O conhecido da vítima apresentou maior registro, correspondendo a 1.319 casos notificados, sendo destes 23,15% em relação às meninas e 9,97% em relação aos meninos. Foram registrados 3.039 casos em que o agressor foi do sexo masculino, tanto contra meninos quanto contra meninas, porém 58,11% foi contra vítimas meninas e 22,31% contra meninos. Pela análise de correspondência, observou-se que a vitimização de crianças do sexo feminino está relacionada a idades das vítimas menores de um ano e de três anos; o local do fato foi a residência; os agressores foram o pai, o padrasto e o desconhecido; o autor da violência foi do sexo masculino. Já a vitimização de crianças do sexo masculino está relacionada a idades das vítimas de 1, 5 e 6 anos; o local do fato foi a escola, habitação coletiva e outros; sendo os agressores mãe, pai e mãe, mãe e padrasto e outros(as); com autor da violência do sexo feminino ou de ambos os sexos.

Os resultados dois estudos realizados no decorrer do curso apontaram para a predominância da violência sexual contra meninas, sendo possível verificar em todas as variáveis analisadas os índices superiores de violência contra crianças do sexo feminino, revelando a influência da questão de gênero desde os primeiros anos de vida da criança. Com isso, o estudo do tema da violência sexual na primeira infância possibilitou entender como este problema social está presente na vida de muitas crianças, principalmente de meninas, infelizmente.

Dessa forma, torna-se fundamental a criação de redes de apoio, proteção e promoção de prevenção da violência sexual contra crianças que envolva várias áreas como a segurança pública, a educação formal, o direito e a saúde. Assim, faz-se necessário esse esforço intelectual no sentido de se contribuir para a investigação científica nas universidades, especialmente nos cursos de formação de profissionais que trabalhem diretamente com crianças, bem como a contribuir para a instituição de políticas públicas que visem a proteção da integridade de

crianças que se encontram vulneráveis no início da vida.

Para tanto, destaca-se a necessidade de outras pesquisas que versam sobre as evidências encontradas neste estudo, bem como sobre as percepções de profissionais que atuam no recebimento e investigação de notificação envolvendo crianças e adolescentes para que se possa realizar uma leitura de todo o processo de notificação e assim contribuir de forma mais efetiva para o enfrentamento da violência contra esses sujeitos.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

ASSIS, S. G.; AVANCI, J. Q.; PESCE, R. P.; PIRES, T. O.; GOMES, D. L. . Notificações de violência doméstica, sexual e outras violências contra crianças no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, ano 2012, v. 17, n. 9, p. 2305-2317, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csc/v17n9/a12v17n9.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2021.

BORGES, K. N. G.; MARANHÃO, M. G. M.; INOCENCIO, M. D.; LUCENA, M. M.; PAULA, M. B. de; OLIVEIRA, R. S.; Guerra, H. S. Epidemiologia da violência contra a criança no Estado de Goiás. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, Sup. 34, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, coordenação de Edições Técnicas, 2013.

_____. Presidência da República. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**, 1990.

_____. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde**. Brasília: MS, 2010.

_____. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH). Secretaria de Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). **Plano nacional de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes**. Brasília: MDH, 2013.

_____. Lei Nº 13.010, de 26 de junho de 2014. **Altera a Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, 2014.

_____. Lei Nº 13.257, de 08 de março de 2016. **Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei Nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei Nº 12.662, de 5 de junho de 2012**, 2016.

_____. Lei Nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019. **Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023**, 2019.

_____. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). **Disque Direitos Humanos. Relatório 2019**. Brasília: MMFDH, 2019.

_____. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico, jul. 2020**. Brasília: MS, 2020.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. 9.ed., Saraiva, 2017.

EGRY, E. Y.; APOSTÓLICO, M. R.; MORAIS, T. C. P.; LISBOA, C. C. R. Enfrentar a violência infantil na Atenção Básica: como os profissionais percebem? **Revista Brasileira de Enfermagem**, v.70, n.1, p.113-19, 2017.

FARIAS, M. S.; SOUZA, C. S.; Carneseca, E. C.; PASSOS, A. D. C.; VIEIRA, E. M. Caracterização das notificações de violência em crianças no município de Ribeirão Preto, São Paulo, no período 2006-2008. **Revista Epidemiol. Serv. Saude**, Brasília, v.25, n.4, p.799-806, 2016.

FÁVERO, L. P. L.; BELFIORE, P. P.; SILVA, F. L. da; CHAN, B. L. **Análise dos Dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FELITTI, V. J.; ANDA, R. F.; NORDENBERG, D.; WILLIAMSON, D. F.; SPITZ, A. M.; EDWARDS, V.; KOSS, M. P.; MARKS, J. S. Relationship of Childhood Abuse and Household Dysfunction to Many of the Leading Causes of Death in Adults: The Adverse Childhood Experiences (ACE) Study. **American Journal of Preventive Medicine**, v.56, n.6, p.774–786, 2019.

FREDRICKSON, R. Trauma-Informed Care for Infant and Early Childhood Abuse. **Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma**, v.28, n. 4, p.389–406, 2019.

FREITAS, E. C. & PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2.ed., Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA». Tabela 1552 - População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo a forma de declaração da idade**. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1552>. Acesso em: 20 jan 2021.

IPEA-FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência**, 2020.

KATAGUIRI, L. G.; SCATENA, L. M.; RODRIGUES, L. R. CASTRO, S. S. Caracterização da violência sexual em um estado da região sudeste do Brasil. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 28, n.1, p.e20180183, 2019.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed., São Paulo: Atlas, 2010.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed., Porto Alegre: Bookman, 2001.

MASCARENHAS, M. D. M.; RODRIGUES, M. T. P.; MONTEIRO, R. A. Caracterização da violência sexual contra crianças e adolescentes na escola – Brasil, 2010-2014. **Revista Epidemiol. Serv. Saúde**, v. 27, n. 2, p.e2017059, 2018.

MINAYO, M. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Rev Bras Saúde Mater Infant**, v. 1, n. 3, p.105-12, 2001.

MORAIS, R. L. G. L.; SALES, Z. N.; RODRIGUES, V.P.; OLIVEIRA, J. S. Ações de proteção a crianças e adolescentes em situação de violência. **Rev. Pesqui. Cuid. Fundam.**, v. 8, n. 2, p. 4472-4486, 2016.

NCPI - Comitê Científico do Núcleo Ciência pela Infância. Estudo Nº 1. **O Impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância sobre a Aprendizagem**: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. 2014. Disponível em: <<https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2018/07/O-IMPACTO-DO-DESENVOLVIMENTO-NA-PRIMEIRA-INFANCIA-SOBRE-A-APRENDIZAGEM.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

NUNES, A.; SALES, M. Violência contra crianças no cenário brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 3, p. 871-880, 2016.

PORTO, P. **Anotações preliminares à Lei 11.340/2006 e sua repercussão em face dos Juizados Especiais Criminais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

RATES, S. M. M.; MELO, E. M.; MASCARENHAS, M. D. M.; MALTA, D. C. Violência infantil: uma análise das notificações compulsórias, Brasil 2011. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 3, p. 655-665, 2015.

RODRIGUES, H. A construção médico-legal da violência sexual infantil nos EUA: Teorias, práticas e estratégias de controle. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 10, n. 3, 2017.

SANCHEZ R.; MINAYO M. Violência contra Crianças e Adolescentes: Questão Histórica, Social e de Saúde. In: LIMA, C. (Org.). **Violência faz mal à saúde**. Brasília: MS, 2006.

SEKKEL, M. O cuidado na educação contra a violência na primeira infância. **Rev. Temas em Psicologia**, v. 17, n. 2, p. 371 – 376, 2009.

VELOSO, M. M. X.; MAGALHÃES, C. M. C.; DELL'AGLIO, D. D.; CABRAL, I. R.; GOMES, M. M. Notificação da violência como estratégia de vigilância em saúde: perfil de uma metrópole do Brasil. **Cienc. Saúde Coletiva**, v. 18, n. 5, 2013.

WALKER, S. P.; WACHS, T. D.; GRANTHAM-MCGREGOR, S.; BLACK, M. M.; NELSON, C. A.; HUFFMAN, S. L.; BAKER-HENNINGHAM, L.; CHANG, S. M.; HAMADANI, J. D.; LOZOFF, B.; GARDNER, J. M. M.; POWELL, C. A.; RAHMAN, A.;

RICHTER, R. Inequality in early childhood: risk and protective factors for early child development. **The Lancet**, v. 378, n. 9799, 2011.

WHO - World Health Organization. **World report on violence and health**. Geneva: WHO, 2002.

_____. **INSPIRE**: seven strategies for ending violence against children. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da Universidade de São Paulo (USP), 2016.

ANEXOS

ANEXO 1 – FICHA DE NOTIFICAÇÃO

República Federativa do Brasil
Ministério da SaúdeSINAN
SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO
FICHA DE NOTIFICAÇÃO INDIVIDUAL

Nº

Caso suspeito ou confirmado de violência doméstica/intrafamiliar, sexual, autoprovocada, tráfico de pessoas, trabalho escravo, trabalho infantil, tortura, intervenção legal e violências homofóbicas contra mulheres e homens em todas as idades. No caso de violência extrafamiliar/comunitária, somente serão objetos de notificação as violências contra crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, pessoa com deficiência, indígenas e população LGBT.

Dados Gerais	1 Tipo de Notificação		2 - Individual		3 Data da notificação	
	2 Agravo/doença		VIOLÊNCIA INTERPESSOAL/AUTOPROVOCADA		Código (CID10) Y09	
	4 UF	5 Município de notificação		Código (IBGE)		
	6 Unidade Notificadora <input type="checkbox"/> 1- Unidade de Saúde 2- Unidade de Assistência Social 3- Estabelecimento de Ensino 4- Conselho Tutelar 5- Unidade de Saúde Indígena 6- Centro Especializado de Atendimento à Mulher 7- Outros					
	7 Nome da Unidade Notificadora				Código Unidade	
	8 Unidade de Saúde				Código (CNES)	
Notificação Individual	10 Nome do paciente				11 Data de nascimento	
	12 (ou) Idade <input type="checkbox"/> 1- Hora 2- Dia 3- Mês 4- Ano		13 Sexo M - Masculino <input type="checkbox"/> F - Feminino 1- Ignorado		14 Gestante <input type="checkbox"/> 1-1º Trimestre 2-2º Trimestre 3-3º Trimestre 4- Idade gestacional ignorada 5-Não 6- Não se aplica 9- Ignorado	
	15 Raça/Cor <input type="checkbox"/> 1-Branca 2- Preta 3- Amarela 4- Parda 5- Indígena 9- Ignorado					
	16 Escolaridade <input type="checkbox"/> 0- Analfabeto 1-1ª a 4ª série incompleta do EF (antigo primário ou 1º grau) 2-4ª série completa do EF (antigo primário ou 1º grau) 3-5ª a 8ª série incompleta do EF (antigo ginásio ou 1º grau) 4- Ensino fundamental completo (antigo ginásio ou 1º grau) 5- Ensino médio incompleto (antigo colegial ou 2º grau) 6- Ensino médio completo (antigo colegial ou 2º grau) 7- Educação superior incompleta 8- Educação superior completa 9- Ignorado 10- Não se aplica					
	17 Número do Cartão SUS			18 Nome da mãe		
	19 UF		20 Município de Residência		Código (IBGE)	
Dados de Residência	21 Distrito		22 Bairro		23 Logradouro (rua, avenida,...)	
	24 Número		25 Complemento (apto., casa, ...)		26 Geo campo 1	
	27 Geo campo 2		28 Ponto de Referência		29 CEP	
	30 (DDD) Telefone		31 Zona <input type="checkbox"/> 1 - Urbana 2 - Rural 3 - Periurbana 9 - Ignorado		32 País (se residente fora do Brasil)	
	Dados Complementares					
	33 Nome Social		34 Ocupação			
Dados da Pessoa Atendida	35 Situação conjugal / Estado civil <input type="checkbox"/> 1 - Solteiro 2 - Casado/união consensual 3 - Viúvo 4 - Separado 8 - Não se aplica 9 - Ignorado					
	36 Orientação Sexual <input type="checkbox"/> 1-Heterossexual 2-Homossexual (gay/lésbica) 3-Bissexual 8-Não se aplica 9-Ignorado		37 Identidade de gênero: <input type="checkbox"/> 1-Travesti 2-Mulher Transsexual 3-Homem Transsexual 8-Não se aplica 9-Ignorado			
	38 Possui algum tipo de deficiência/ transtorno? <input type="checkbox"/> 1- Sim 2- Não 9- Ignorado		39 Se sim, qual tipo de deficiência /transtorno? <input type="checkbox"/> 1- Sim 2- Não 8-Não se aplica 9- Ignorado <input type="checkbox"/> Deficiência Física <input type="checkbox"/> Deficiência visual <input type="checkbox"/> Transtorno mental <input type="checkbox"/> Outras <input type="checkbox"/> Deficiência Intelectual <input type="checkbox"/> Deficiência auditiva <input type="checkbox"/> Transtorno de comportamento			
Dados da Ocorrência	40 UF		41 Município de ocorrência		Código (IBGE)	
	42 Distrito		43 Bairro		44 Logradouro (rua, avenida,...)	
	45 Número		46 Complemento (apto., casa, ...)		47 Geo campo 3	
	48 Geo campo 4		49 Ponto de Referência		50 Zona <input type="checkbox"/> 1 - Urbana 2 - Rural 3 - Periurbana 9 - Ignorado	
	51 Hora da ocorrência (00.00 - 23:59 horas)		52 Local de ocorrência <input type="checkbox"/> 01 - Residência 02 - Habitação coletiva 03 - Escola 04 - Local de prática esportiva 05 - Bar ou similar 06 - Via pública 07 - Comércio/serviços 08 - Indústrias/construção 09 - Outro 99 - Ignorado		53 Ocorreu outras vezes? <input type="checkbox"/> 1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado	
	54 A lesão foi autoprovocada? <input type="checkbox"/> 1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado					

Violência	55 Essa violência foi motivada por: 01-Sexismo 02-Homofobia/Lesbofobia/Bifobia/Transfobia 03-Racismo 04-Intolerância religiosa 05-Xenofobia 06-Conflito geracional 07-Situação de rua 08-Deficiência 09-Outros 88-Não se aplica 99-Ignorado		
	56 Tipo de violência 1- Sim 2- Não 9- Ignorado <input type="checkbox"/> Física <input type="checkbox"/> Tráfico de seres humanos <input type="checkbox"/> Psicológica/Moral <input type="checkbox"/> Financeira/Econômica <input type="checkbox"/> Intervenção legal <input type="checkbox"/> Tortura <input type="checkbox"/> Negligência/Abandono <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Sexual <input type="checkbox"/> Trabalho infantil	57 Meio de agressão 1- Sim 2- Não 9- Ignorado <input type="checkbox"/> Força corporal/espâncamento <input type="checkbox"/> Obj. perfuro-cortante <input type="checkbox"/> Arma de fogo <input type="checkbox"/> Enforcamento <input type="checkbox"/> Substância/Obj. quente <input type="checkbox"/> Ameaça <input type="checkbox"/> Obj. contundente <input type="checkbox"/> Envenenamento, Intoxicação <input type="checkbox"/> Outro	
Violência Sexual	58 Se ocorreu violência sexual, qual o tipo? 1- Sim 2- Não 8- Não se aplica 9- Ignorado <input type="checkbox"/> Assédio sexual <input type="checkbox"/> Estupro <input type="checkbox"/> Pornografia infantil <input type="checkbox"/> Exploração sexual <input type="checkbox"/> Outros		
	59 Procedimento realizado 1- Sim 2- Não 8- Não se aplica 9- Ignorado <input type="checkbox"/> Profilaxia DST <input type="checkbox"/> Profilaxia Hepatite B <input type="checkbox"/> Coleta de sêmen <input type="checkbox"/> Contracepção de emergência <input type="checkbox"/> Profilaxia HIV <input type="checkbox"/> Coleta de sangue <input type="checkbox"/> Coleta de secreção vaginal <input type="checkbox"/> Aborto previsto em lei		
Dados do provável autor da violência	60 Número de envolvidos 1- Um <input type="checkbox"/> 2- Dois ou mais <input type="checkbox"/> 9- Ignorado <input type="checkbox"/>	61 Vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida 1- Sim 2- Não 9- Ignorado <input type="checkbox"/> Pai <input type="checkbox"/> Ex-Cônjuge <input type="checkbox"/> Amigos/conhecidos <input type="checkbox"/> Policial/agente da lei <input type="checkbox"/> Mãe <input type="checkbox"/> Namorado(a) <input type="checkbox"/> Desconhecido(a) <input type="checkbox"/> Própria pessoa <input type="checkbox"/> Padrasto <input type="checkbox"/> Ex-Namorado(a) <input type="checkbox"/> Cuidador(a) <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Madrasta <input type="checkbox"/> Filho(a) <input type="checkbox"/> Patrão/chefe <input type="checkbox"/> Pessoa com relação institucional <input type="checkbox"/> Cônjuge <input type="checkbox"/> Irmão(ã) <input type="checkbox"/> Pessoa com relação institucional	62 Sexo do provável autor da violência 1- Masculino <input type="checkbox"/> 2- Feminino <input type="checkbox"/> 3- Ambos os sexos <input type="checkbox"/> 9- Ignorado <input type="checkbox"/>
	63 Suspeita de uso de álcool 1- Sim <input type="checkbox"/> 2- Não <input type="checkbox"/> 9- Ignorado <input type="checkbox"/>		
Encaminhamento	64 Ciclo de vida do provável autor da violência: <input type="checkbox"/> 1-Criança (0 a 9 anos) 3-Jovem (20 a 24 anos) 5-Pessoa idosa (60 anos ou mais) 2-Adolescente (10 a 19 anos) 4-Pessoa adulta (25 a 59 anos) 9-Ignorado		
	65 Encaminhamento: 1-Sim 2-Não 9-Ignorado <input type="checkbox"/> Rede da Saúde (Unidade Básica de Saúde, hospital, outras) <input type="checkbox"/> Conselho do Idoso <input type="checkbox"/> Delegacia de Atendimento à Mulher <input type="checkbox"/> Rede da Assistência Social (CRAS, CREAS, outras) <input type="checkbox"/> Delegacia de Atendimento ao Idoso <input type="checkbox"/> Outras delegacias <input type="checkbox"/> Rede da Educação (Creche, escola, outras) <input type="checkbox"/> Centro de Referência dos Direitos Humanos <input type="checkbox"/> Justiça da Infância e da Juventude <input type="checkbox"/> Rede de Atendimento à Mulher (Centro Especializado de Atendimento à Mulher, Casa da Mulher Brasileira, outras) <input type="checkbox"/> Ministério Público <input type="checkbox"/> Defensoria Pública <input type="checkbox"/> Conselho Tutelar <input type="checkbox"/> Delegacia Especializada de Proteção à Criança e Adolescente		
Dados finais	66 Violência Relacionada ao Trabalho <input type="checkbox"/> 1- Sim 2- Não 9- Ignorado	67 Se sim, foi emitida a Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT) <input type="checkbox"/> 1- Sim 2- Não 8- Não se aplica 9- Ignorado	68 Circunstância da lesão CID 10 - Cap XX
	69 Data de encerramento		
Informações complementares e observações			
Nome do acompanhante		Vínculo/grau de parentesco	
		(DDD) Telefone	
Observações Adicionais:			
Disque Saúde - Ouvidoria Geral do SUS		TELEFONES ÚTEIS	
136		Central de Atendimento à Mulher	
		180	
		Disque Direitos Humanos	
		100	
Notificador	Município/Unidade de Saúde		Cód. da Unid. de Saúde/CNES
	Nome	Função	Assinatura
Violência interpessoal/autoprovocada		Sinan	

ANEXO 2 – TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL DA PESQUISA



Diretoria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

Coordenação de Educação na Saúde

Gerência de Documentação e Informação

TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL

Pelo presente termo e na qualidade de responsável pela Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará, declaramos que aceitamos, conforme preconiza a Resolução nº 580 do Conselho Nacional de Saúde de 22 de março de 2018 a realização do projeto de pesquisa intitulado: “*Violência contra crianças e adolescentes: indicadores e estratégias de enfrentamento*” de autoria da pesquisadora *Milene Maria Xavier Veloso*, tendo como campo de pesquisa o Departamento de Epidemiologia da SESP.

Belém, 03 de julho de 2019.

Ivete Gadelha Vaz

Secretária Adjunta de Gestão de Políticas de Saúde

EM 09/07/2019 15:25 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 8C58295C7C5283D0.A7B837C3D8D8CE1B.CD1246B96D8F2D0F.8711EFFF8ED11E018 ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Ivete Gadelha Vaz (Lei 11.419/2006)



Validação de Documentos do Processo Administrativo Eletrônico

Serviço de conferência de autenticidade de documentos assinados eletronicamente

Identificador do documento:

9B5EDE7.50D9.D25.83A8F9F599EF76B7FE

Número:

2019/203392

Data:

03/07/2019 12:25:16

Assunto:

INFORMÁTICA

Espécie:

OUTROS

Assinaturas:

09/07/2019 15:25:11 - Ivete Gadelha Vaz

 [Clique aqui para visualizar o arquivo PDF](#)

 [Nova Consulta \(.\)](#)



 (<http://www.prodepa.pa.gov.br>)  (<http://www.pa.gov.br>)

ANEXO 3 – COMPROVANTE DE PÚBLICAÇÃO DO ARTIGO 1

29/01/2021 Violence against children in early childhood: an analysis of the cases notified in the state of Pará-Brazil in the period from 2009 to 2019 ...

RESEARCH, SOCIETY AND DEVELOPMENT

HOME / ARCHIVES / VOL.10 NO.1 / Human and Social Sciences

Violence against children in early childhood: an analysis of the cases notified in the state of Pará-Brazil in the period from 2009 to 2019

Jocilene Costa Vanzeler

Universidade Federal do Pará
<https://orcid.org/0000-0002-0853-9540>

Fernando Augusto Ramos Pontes

Universidade Federal do Pará
<https://orcid.org/0000-0001-9569-943X>

Milene Maria Xavier Veloso

Universidade Federal do Pará
<https://orcid.org/0000-0002-1035-8968>

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Universidade Federal do Pará
<https://orcid.org/0000-0001-5425-8531>

DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i1.11839>

Keywords: Abuse; Childhood; Notification.

ABSTRACT

The present study aimed to analyze the characteristics of violence practiced against children in early childhood, notified by the health sector from January 2009 to July 2019 in the state of Pará-Brazil, based on a quantitative research, descriptive and exploratory. The results showed that female victimization (69.05%) was more reported than male (30.95%). Regarding race / color, black and brown children were more victimized (85.20%), both in relation to male and female victims. Violence occurred predominantly in the children's homes (86.26%). The type of violence that stood out was sexual violence (36.35%), followed by psychological-sexual violence (14.85%) and physical-psychological-sexual violence (14.19%). The victim's acquaintance represented the main aggressor (52.38%), followed by the father in relation to female children and the mother in relation to male children. The perpetrator of violence was predominantly male in relation to female victims (56.23%) and also predominant in relation to male victims (21.47%). It was possible to verify the prevalence of sexual violence associated with the female victim and the male author. The data suggest that an important percentage of children in early childhood in the state of Pará, are vulnerable to sexual violence, which can damage their development throughout the life cycle.

ANEXO 4 – NORMAS DA REVISTA RESEARCH, SOCIETY AND DEVELOPMENT (ARTIGO 1)

29/01/2021

Envios | Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento

PESQUISA, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO

CASA / Submissões

Submissões

Faça [login](#) ou [registre-se](#) para fazer um envio.

Lista de verificação de preparação de envio

Como parte do processo de submissão, os autores são solicitados a verificar a conformidade de sua submissão com todos os itens a seguir, e as submissões podem ser devolvidas aos autores que não cumprirem essas diretrizes.

✓ O arquivo em Microsoft Word submetido à Revista **não contém** os nomes dos autores; A contribuição é original e inédita, não sendo avaliada para publicação por outro periódico; O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos nas [Diretrizes do autor](#).

✓ Custo de publicação (APC) | Para autores brasileiros, a taxa de publicação é de R \$ 300,00 BRL (trezentos reais). Para os demais autores, a taxa de publicação é de US \$ 100,00 (cem dólares americanos). A taxa de publicação é cobrada apenas para artigos aceitos. **Não há taxa de inscrição**.

Diretrizes do autor

1) Estrutura do texto:

- Título nesta sequência: Português, Inglês e Espanhol.
- Os autores do artigo (devem ser colocados nesta sequência: nome, ORCID, instituição, e-mail).
NOTA: O número do ORCID é individual para cada autor, sendo necessário o registro no DOI, e em caso de erro não é possível o registro no DOI).
- Resumo e Palavras-chave nesta sequência: Português, Inglês e Espanhol (o resumo deve conter o objetivo do artigo, metodologia, resultados e conclusão do estudo. Deve ter entre 150 e 250 palavras);
- Corpo do texto (deve conter as seções: 1. Introdução, na qual há contexto, problema estudado e objetivo do artigo; 2. Metodologia utilizada no estudo, bem como autores que fundamentam a

metodologia; 3. Resultados (ou alternativamente, 3. Resultados e Discussão, renumerando os restantes subitens), 4. Discussão e, 5. Considerações finais ou Conclusão);

- Referências: (Autores, o artigo deve ter no mínimo 15 referências o mais atual possível. Tanto a citação no texto quanto o item de Referências, utilizam o estilo de formatação da APA - American Psychological Association. As referências devem ser completas e atualizadas. em ordem alfabética ascendente, pelo sobrenome do primeiro autor da referência, não devem ser numerados, devem ser colocados em tamanho 12 e espaçamento 1,5, separados entre si por espaço em branco).

2) Layout:

- Formato do Word (.doc);
- Escrito em espaço de 1,5 cm, utilizando fonte Times New Roman 12, no formato A4 e as margens do texto devem ser inferior, superior, direita e esquerda de 2,5 cm .;
- Os recuos são feitos na régua do editor de texto (não pela tecla TAB);
- Os artigos científicos devem ter mais de 5 páginas.

3) Figuras:

A utilização de imagens, tabelas e ilustrações deve seguir o bom senso e, preferencialmente, a ética e a axiologia da comunidade científica que discute os temas do manuscrito. Observação: o tamanho máximo do arquivo a ser enviado é de 10 MB (10 mega).

Figuras, tabelas, gráficos etc. (devem ter sua chamada no texto antes de serem inseridos. Após sua inserção, a fonte (de onde vem a figura ou tabela ...) e um parágrafo de comentário para dizer o que o leitor deve observar é importante neste recurso As figuras, tabelas e gráficos ... devem ser numeradas em ordem crescente, os títulos das tabelas, figuras ou gráficos devem ser colocados na parte superior e as fontes na parte inferior.

4) Autoria:

O arquivo word enviado no momento da submissão NÃO deve conter os nomes dos autores.

Todos os autores devem ser incluídos apenas no sistema da revista e na versão final do artigo (após análise pelos revisores da revista). Os autores devem ser cadastrados apenas nos metadados e na versão final do artigo em ordem de importância e contribuição para a construção do texto. NOTA: Os autores escrevem os nomes dos autores com a grafia correta e sem abreviaturas no início e no final do artigo e também no sistema da revista.

O artigo deve ter no máximo 20 autores. Para casos excepcionais, é necessária consulta prévia à Equipe do Jornal.

5) Vídeos tutoriais:

29/01/2021

Envios | Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento

- Novo registro de usuário: <https://youtu.be/udVFytOmZ3M>
- Passo a passo da submissão do artigo no sistema da revista: <https://youtu.be/OKGdHs7b2Tc>

6) Exemplo de referências APA:

- Artigo de jornal:

Gohn, MG e Hom, CS (2008). Abordagens teóricas para o estudo dos movimentos sociais na América Latina. *Caderno CRH*, 21 (54), 439-455.

- Livro:

Ganga, GM D.; Soma, TS e Hoh, GD (2012). *Trabalho de conclusão de curso (TCC) em engenharia de produção*. São Paulo: Atlas.

- Página da web:

Amoroso, D. (2016). *O que é Web 2.0?* Obtido em <http://www.tecmundo.com.br/web/183-o-que-e-web-2-0->

7) A revista publica artigos originais e inéditos que não sejam postulados simultaneamente em outras revistas ou corpos editoriais.

8) Dúvidas: Qualquer dúvida envie um email para rsd.articles@gmail.com ou dorlivete.rsd@gmail.com ou WhatsApp (55-11-98679-6000)

Aviso de direitos autorais

Os autores que publicam com esta revista concordam com os seguintes termos:

1) Os autores mantêm os direitos autorais e concedem ao periódico o direito de primeira publicação com o trabalho simultaneamente licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons que permite que outros compartilhem o trabalho com um reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial neste periódico.

2) Os autores podem celebrar acordos contratuais adicionais separados para a distribuição não exclusiva da versão publicada do periódico do trabalho (por exemplo, postá-lo em um repositório institucional ou publicá-lo em um livro), com um reconhecimento de sua versão inicial publicação neste jornal.

3) Os autores são permitidos e encorajados a postar seus trabalhos online (por exemplo, em repositórios institucionais ou em seus sites) antes e durante o processo de submissão, pois isso pode

29/01/2021

Envios | Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento

levar a trocas produtivas, bem como a citações anteriores e maiores de trabalhos publicados.

Declaração de privacidade

Os nomes e endereços informados a esta revista são de uso exclusivo e não serão repassados a terceiros.

EM FORMAÇÃO

Para leitores

Para Autores

Para bibliotecários

LÍNGUA

Inglês

Español (Espanha)

Português (Brasil)

FAÇA UM ENVIO

PALAVRAS-CHAVE



A word cloud of keywords related to the journal's focus areas. The words are arranged in a circular pattern and include: public health, pandemic, Quality, Education, Aged, COVID-19, Child, Health, Teaching, Nursing, Sustainability, Nursing care, Health, Mental health, Students, and Nursing.

29/01/2021

Envios | Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento

Base de Dados e Indexadores: [Base](#) , [Diadorim](#) , [Sumarios.org](#) , [DOI Crossref](#) , [Dialnet](#) , [Scholar Google](#) , [Redib](#) , [Latindex](#) , [Portal de Periódicos CAPES](#)

Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento - ISSN 2525-3409



Este obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#) .

Editores de CDRR. Avenida Sulim Abramovitch, 100 - Centro, Vargem Grande Paulista - SP, 06730-000
E-mail: rsd.articles@gmail.com | WhatsApp +55 11 98679-6000

ANEXO 5 – NORMAS DA REVISTA INTERNATIONAL JOURNAL OF DEVELOPMENT RESEARCH - IJDR (ARTIGO 2)

INTERNATIONAL JOURNAL OF DEVELOPMENT RESEARCH



(INTERNATIONAL PEER REVIEWED JOURNAL: OPEN ACCESS: ISSN: 2230-9926: IMPACT FACTOR: 7.012)

Monthly Publication: High Visibility: Rapid Publication; Scholarly Publishing Journal



Processo de revisão:

Todos os artigos de pesquisa submetidos ao Online International Journal of Development Research são revisados por revisores, editores e membros do conselho editorial. As decisões sobre os manuscritos serão tomadas o mais rápido possível.

Submissão de manuscritos: O trabalho que não foi publicado antes ou que está sendo considerado para publicação em qualquer outro lugar pode ser submetido para publicação nesta revista. A publicação deve ser aprovada por colegas de trabalho e autoridades, sempre que aplicável. O editor não será legalmente responsabilizado por quaisquer reclamações de indenização, se surgirem.

Submissão online: os autores devem enviar seus manuscritos online. Eles podem fazer upload de seus arquivos manuscritos de acordo com as instruções fornecidas no site.

Permissão: Autores que desejam reproduzir qualquer figura, tabela ou texto de outra fonte devem obter permissão do (s) proprietário (s) dos direitos autorais. Essa evidência de permissão deve ser incluída ao enviar o artigo de pesquisa para esta revista.

Tipos de manuscritos:

* **Artigos de pesquisa completos:** Artigos de pesquisa completos: Esses artigos de pesquisa não devem conter mais do que 08-10 páginas escritas, incluindo figuras, tabelas e referências.

* **Comunicações breves:** Estas comunicações não devem conter mais do que páginas do tipo 04-06, incluindo figuras, tabelas e referências.

* **Estudos de caso:** Esses estudos de caso não devem conter mais do que páginas do tipo 06-08, incluindo resumo, palavras-chave, figuras, tabelas e referências.

Preparação do manuscrito:

O manuscrito submetido ao **International Journal of Development Research** deve ser estruturado da seguinte maneira.

Página de título: deve incluir

a) Título conciso e informativo (Tamanho 14 em Times New Roman, Palavras- Não superior a 40).

b) Nome (s) do (s) autor (es) representado (s) por sobrescritos com afiliação e endereços de todos os autores.

por exemplo, Indu A. George ^a , Bindu S. Maurya ^a e Ramjan M. Mulani ^b

^a Departamento de Ciências da Vida, Universidade de Mumbai, Santacruz (E), Mumbai 400098.

^b Departamento de Botânica, Seth LU e MV College, Andheri (E), Mumbai 416 810.

Deve ser fornecido o endereço de e-mail, telefone e fax do autor para correspondência.

Resumo: O resumo não deve conter mais do que 200 palavras para um artigo completo e 100 palavras para uma comunicação curta. Além disso, o resumo não deve conter abreviações indefinidas. O texto deve ser em fonte Times New Roman com 12 caracteres.

Palavras-chave: forneça 4-5 palavras-chave que podem ser usadas para fins de indexação.

Texto: Para artigos completos, o texto deve ser dividido nas seguintes seções: Introdução, Materiais e Métodos, Resultados, Discussão, Agradecimentos e Referências (Use fonte normal e plana Times New Roman 10 para o texto). A numeração automática de páginas deve ser usada.

Para comunicações breves, não deve haver nenhum título exceto Resumo, Palavras-chave, Agradecimentos e Referências.

Agradecimentos: Agradecimentos às pessoas por qualquer assistência técnica e agências de financiamento para apoio financeiro devem estar em uma seção separada antes das referências. Os nomes das agências de fomento devem ser fornecidos por extenso.

Referências: Apenas as obras realmente citadas no texto devem ser incluídas nas referências. A lista de referências deve ser alfabetizada nos sobrenomes do primeiro autor de cada trabalho de pesquisa.

Artigo de jornal: Kumar, R., Sharma, K., e Agarwal, V. (2005) In vitro clonal propagation of *Holarrhena antidysentrica* (L) Wall. através de explantes nodais de árvores maduras. *In vitro, Cell Dev Biol -Plant.* 41, pp.137-144

Livro: Naik, VN (1998) *Flora of Marathwada, Vol.I, Publicação Amrut, Aurangabad, Índia.*

Dissertação / tese: Zore, GB (2005) *Pharmacological studies of *Taverniera cuneifolia* (Roth) Arn.; um substituto para o alcaçuz comercial. Ph. D. Tese em Biotecnologia. Faculdade de Ciências, Swami Ramanand Teerth Marathwada University, Nanded (MS) Índia.*

Artigo de jornal na internet: Dwiwedi, RS (2004) *Espécies de plantas superdoces não sacaríferas não nutridas e inexploradas na Índia. Disponível online em http://www.ias.ac.in/currsci/jun10/articles_19.htm*

Anais da **conferência:** Zore, GB, Kulkarni, SS, Surwase, B., S., Meshram, Nisha e S. Mohan Karuppayil (2006) *Controle de qualidade de amostras comerciais de alcaçuz por impressão digital química. Anais da Conferência Nacional de Compostos Bioativos; Novas fronteiras e uso terapêutico (BCNFTO), realizado na School of Life Sciences, SRTM University, Nanded. 12 a 14 de fevereiro; pp 213-224.*

Capítulo de livro :

Página da Internet :

Figuras e tabelas:

Tabelas: As tabelas numeradas em algarismos arábicos devem ser apresentadas em página separada no final do manuscrito.

Figuras:

- Cada figura deve ser fornecida em arquivo separado.
- Todas as figuras devem ser citadas no texto em ordem numérica consecutiva.
- As partes da figura devem ser denotadas por letras minúsculas (a, b, c ... etc.)
- Cada figura deve ter legenda concisa e informativa.
- As legendas das figuras devem ser colocadas no final do texto no arquivo do manuscrito.

Transferência de direitos autorais: Após a aceitação do artigo de pesquisa, é necessário que os autores transfiram os direitos autorais para o editor.

ANEXO 6 – COMPROVANTE DE PUBLICAÇÃO DO ARTIGO 2

HOME	EDITORIAL BOARD	AUTHOR INFORMATION	IMPACT FACTORS	CURRENT ISSUE	PAST ISSUES	SUBMIT ARTICLES	REVIEWER'S FORM	CONTACT US
EXPLORE JOURNAL CONTENT <input type="checkbox"/> Instruction to author <input type="checkbox"/> Abstracting & Indexing <input type="checkbox"/> Current Issue <input type="checkbox"/> Archive <input type="checkbox"/> Editorial Board <input type="checkbox"/> Manuscript Online Submission <input type="checkbox"/> Peer Review Process <input type="checkbox"/> Plagiarism Policy <input type="checkbox"/> Publication Policy and Ethics <input type="checkbox"/> Contact Us		International Journal of Development Research Volume: 11, Article ID: 21080, 6 pages Research Article Characterization of sexual violence against children in early childhood: an analysis of the victimization of boys and girls in the state of Pará-Brazil Received 10th December, 2020 Received in revised form 15th December, 2020 Accepted 22nd January, 2021 Published online 24th February, 2021 Copyright © 2020, Jocilene Costa Vanzeler <i>et al.</i> This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited. Abstract: The present study analyzed the characteristics of cases of sexual violence against children in the early childhood stage, which occurred from 2009 to 2018 in the state of Pará-Brazil. It was a research with a quantitative, descriptive and exploratory approach. In the analyzed period, 3,970 cases of sexual violence against children aged 0 to 6 years were reported, 69.27% of cases against girls and 30.73% against boys. The black-brown color, which constitutes the black population, stood out among boys and girls, representing 58.64% of the total registered cases. The residence represented the place of greatest notification, representing 3,339 of the total of notified cases, of which 61.74% occurred against girls and 25.65% against boys. The victim's acquaintance had the highest record, with 23.15% in relation to girls and 9.97% in relation to boys. 3,039 cases were recorded in which the aggressor was male, both against boys and against girls, however 58.11% was against girls victims and 22.31% against boys. A predominance of sexual violence against girls stands out in the data, with the indexes being higher in all variables analyzed, revealing the influence of the gender issue since the child's first years of life. DOI: https://doi.org/10.37118/ijdr.21088.02.2021 Download PDF:			CHIEF EDITOR Prof. Dr. Ismail Hakkı NUR - Türkiye ONLINE PAYMENT: PAYPAL  MONTHLY ARCHIVE <ul style="list-style-type: none"> • March 2021 • February 2021 • January 2021 • December 2020 • November 2020 • October 2020 • September 2020 • August 2020 • July 2020 • June 2020 • May 2020 • April 2020 • March 2020 • February 2020 • January 2020 • December 2019 			
QUALIS-CAPES <input type="checkbox"/> Qualis-CAPES (A2) <input type="checkbox"/> Submit Manuscript - Qualis IJDR								
AUTHORS <input type="checkbox"/> Manuscript Online Submission <input type="checkbox"/> Paper Submission Guidelines <input type="checkbox"/> How to Publish a Research Paper <input type="checkbox"/> Publication Certificate <input type="checkbox"/> Impact Factor 2019 <input type="checkbox"/> Cover Images <input type="checkbox"/> Call for Papers March 2021								